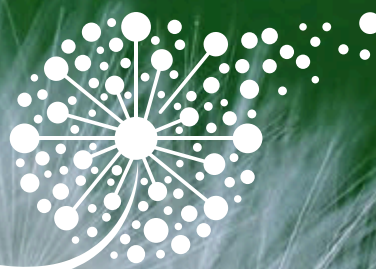


*Sustentação*

Mato Grosso



**Curso de Aperfeiçoamento em**  
*Educação Ambiental*

**Regina Aparecida da Silva**  
**Déborah Moreira**  
Org.

**Regina Aparecida da Silva  
Déborah Moreira  
Org.**

# **Caderno Pedagógico**

**Curso de Aperfeiçoamento de  
*Educação Ambiental***



**Rondonópolis - Mato Grosso  
2025**



# **Ministério da Educação Universidade Federal de Rondonópolis**

## **Ministério da Educação**

Ministro

Camilo Sobreira de Santana

### **Secretaria Executiva**

Izolda Cela

### **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**

Zara Figueiredo

### **Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e**

#### **Educação Ambiental**

Maria do Socorro Silva

### **Coordenação Geral de Educação Ambiental para Diversidade e**

#### **Sustentabilidade**

Viviane Vazzi Pedro

## **Universidade Federal de Rondonópolis**

Reitora

Analy Castilho Polizel de Souza

### **Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis**

Adinael Junhor Pereira da Trindade

### **Pró-Reitoria de Ensino de Graduação**

Niedja Marizze Cezar Alves

### **Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa**

Edna Maria Bonfim da Silva

### **Pró-Reitoria de Extensão**

Claudinéia de Araújo

### **Instituto de Ciências Humanas e Sociais**

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa

### **Curso de Pedagogia**

Viviane Drumond

## **Ficha catalográfica**



*A Educação Ambiental deve se configurar como uma luta política, compreendida em seu nível mais poderoso de transformação; aquela que se revela em uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades e dos territórios.*



*Michèle Sato*



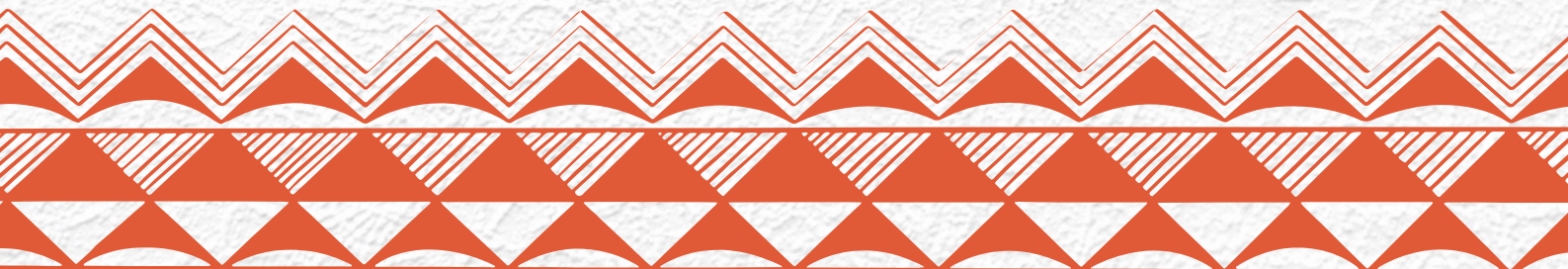
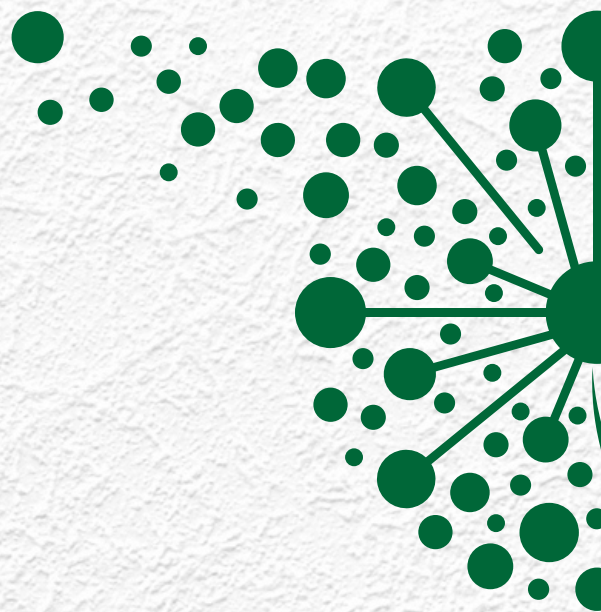
# Sumário

**01.** Educação Ambiental

**02.** Territórios e Identidades no  
entorno das UC

**03.** Emergência Climática e  
Sustentabilidade

**04.** Educomunicação, Participação  
e Protagonismo Juvenil



*Caro (a) estudante,*

É com compromisso e entusiasmo que damos início ao Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental. Neste percurso de aprendizado, refletiremos sobre a importância e a urgência da Educação Ambiental no ambiente escolar e além dele, considerando a relação entre nosso contexto local e os desafios planetários. Inspiradas/os no educador Paulo Freire, que enfatiza que “se a educação sozinha não transforma a realidade - sem ela, tampouco, a sociedade muda”, traçamos um percurso de estudos que acredita na emancipação humana, na reflexão-ação e no esperar de um porvir de outros mundos possíveis.

Os noticiários diários nos trazem relatos alarmantes de “desastres” naturais e eventos climáticos extremos, como recordes de temperaturas, ondas de calor, tempestades devastadoras, alagamentos, deslizamentos, secas prolongadas, furacões, incêndios florestais, e outros fenômenos. Essas manifestações são reflexos de uma relação desequilibrada entre a sociedade e o ambiente - Gaia, nossa “mãe Terra” -, marcada pela exploração predatória e pelo desrespeito aos limites ecológicos do nosso Planeta.

As tensões ambientais que ameaçam o colapso dos ecossistemas são fruto de um modelo de “des-envolvimento” (Sato, 2013) orientado por uma lógica de crescimento infinito, que justifica a sobrecarga dos bens naturais em nome de um suposto bem-estar comum, mas sabemos que é para benefício de poucos. Entretanto, mesmo com avanços tecnológicos, aumento da produtividade e esforços de cooperação internacional, questões fundamentais como a fome e a escassez hídrica, persistem. Simultaneamente, problemas como a desigualdade social e a pobreza extrema, se aprofundam. A riqueza concentra-se nas mãos de poucos, que exercem poder desproporcional sobre decisões em escala global, perpetuando um ciclo de injustiças.

Diante desse cenário, é urgente repensarmos nossas práticas, valores e sistemas sociais, políticos e econômicos. O modelo atual não apenas falha em garantir condições dignas de existência para a humanidade, mas também coloca em risco a sobrevivência de todas as formas de vida no Planeta. A mudança é imperativa! Vale destacar que não temos todos e todas o mesmo peso nesta agressão ao Planeta, há pessoas e países que contribuem mais. Assim como, também, os efeitos dos eventos climáticos extremos não afetam a todos e todas igualmente. Em nossos estudos, exploraremos como nossa forma de viver está conectada à emergência climática e ao colapso ambiental.



E qual a relação da escola com estes contextos? E a Educação Ambiental? Neste ponto, em especial, traremos os estudos da professora Michèle Sato, que sempre defendeu que a educação ambiental é um caminho para desnaturalizar desigualdades sociais e ambientais, permitindo que os sujeitos questionem os sistemas que perpetuam essas injustiças, não como uma varinha mágica positivista que veio para resolver os problemas da Terra – é necessário um esforço de todas as pessoas, de todos os setores, coletivos e segmentos, para que o Planeta Azul se revele no espaço como um pálido foco de luz, emanando a força para acreditar que a poética do esperar e a ética do cuidado serão sempre as aliadas das nossas existências.

O curso está estruturado em quatro módulos. No primeiro, discutiremos a Educação Ambiental em sua trajetória histórica e nos marcos legais que a sustentam, como a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999). Também abordaremos o papel das escolas sustentáveis e a construção de tecnologias que as tornem espaços resilientes, capazes de promover a equidade e o bem-viver. O segundo módulo amplia essa visão ao explorar os territórios e identidades no entorno das Unidades de Conservação, destacando a importância do reconhecimento da diversidade sociocultural e da valorização dos saberes locais. Seremos desafiados a refletir sobre o sentimento de pertencimento e como fortalecer as relações entre escola e comunidade.

No terceiro módulo, mergulharemos na compreensão da emergência climática, discutindo conceitos como Antropoceno, Capitoloceno, Justiça Climática e os Conflitos Socioambientais que permeiam essa emergência ambiental climática. Investigaremos os impactos dos gases de efeito estufa, o papel das políticas públicas e a necessidade de uma transição urgente para modelos sustentáveis. Já no quarto e último módulo, o protagonismo juvenil ganha destaque com a abordagem da educação. Nesse espaço, será possível explorar formas criativas de engajamento, como a produção de materiais colaborativos e projetos coletivos, incentivando a mobilização social e o fortalecimento das (re)existências.

Convidamos você a embarcar conosco nesta jornada de estudos e reflexão. Cabe a nós escrevermos uma outra história de mais “envolvimento” (Sato, 2013) e mais esperar, a fim de questionarmos nossas direções e nos reconectarmos aos cuidados e à sustentabilidade de nosso Planeta!

*Bons estudos!*

Regina Aparecida da Silva (Coordenadora do Curso)

SATO, Michèle. Envolver em vez de se "des-envolver". Revista Humanitas da Unisinos, nº 433, ano XIII, 02 dez.2013, p.11-13.



# Educação Ambiental

Regina Aparecida da Silva e Déborah Moreira



Foto: © Mídia Ninja



*Acreditamos que a Educação Ambiental tem papel fundamental no processo permanente de aprendizagem, que valorize as diversas formas de conhecimento, e seja impulsionado nas lutas políticas por justiça ambiental e proteção ecológica.*

*Michèle Sato*



## *Bem-vindas(os) ao primeiro módulo do nosso Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental!*

É com entusiasmo que iniciamos esta jornada de reflexões e aprendizagens no primeiro módulo do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental. Em tempos de emergências ambientais e climáticas, torna-se indispensável compreender e atuar de forma consciente para transformar nossas práticas e realidades. Este módulo é um convite para compreendermos criticamente as relações entre sociedade e natureza, abordando conceitos e táticas que nos guiem rumo a sociedades mais justas e sustentáveis.

A Educação Ambiental, enquanto prática pedagógica e política, propõe a articulação de saberes locais, globais e culturais, promovendo novas formas de relação com o ambiente. Michèle Sato nos lembra que a Educação Ambiental é uma luta política e que a escola deve ser um território onde os saberes populares dialoguem com os conhecimentos científicos, criando um ambiente propício à participação ativa e à reexistência.

Inicialmente, fazemos uma reflexão sobre a emergência ambiental e climática e as relações com o modelo de desenvolvimento que vivenciamos. Abordaremos a Educação Ambiental, a escola e a comunidade, com seus marcos históricos e legais, a importância de escolas sustentáveis e as possibilidades de construção coletiva de um futuro baseado na equidade, na justiça ambiental e no respeito à biodiversidade. Inspirados no conceito de Bem-Viver, refletiremos sobre como podemos alinhar nossos valores e ações para um convívio mais cuidadoso com o Planeta.

Nosso objetivo é, juntas(os), nos engajarmos como agentes de transformação. Este módulo é mais do que um espaço de aprendizado; é um chamado à ação. Que possamos, ao longo deste percurso, consolidar conhecimentos e práticas que dialoguem com as necessidades de nossas comunidades e escolas reforçando nosso compromisso com o cuidado, a sustentabilidade e a reconstrução de relações com o Planeta e todos os seres que aqui coabitam. Sejam todos bem-vindas(os)!

Nós, professoras formadoras, teremos a alegria, juntamente com os(as) tutores(as), de conduzi-los(as) a compreender alguns conceitos e pressupostos teóricos referentes a essa área do conhecimento. Nós somos:

### *Professoras Regina e Déborah*



**Déborah Moreira** possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT). Mestrado em Educação, e Mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade, ambos pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutorado em Educação, pela UFMT. Tem experiência em Educação Ambiental Escolarizada, Educação Ambiental Popular, Justiça Ambiental e Climática, e Etnoecologia. É professora adjunta do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso. E líder do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA-UFMT).



**Regina Aparecida da Silva** possui Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), mestrado em Educação (UFMT), doutorado em Ciências pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e pós-doutorado em Educação (UFMT). É professora associada da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), atuando no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu). Pesquisa e orienta na área de educação ambiental, educação popular, identidades, culturas e diferenças. Participa do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) e do Grupo de Pesquisa em Educa(ç)ões e Reexistências (Kuâra). É coordenadora do GT 22 - Educação Ambiental - da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), regional Centro-Oeste.

## 1. A emergência ambiental e climática



Foto: Freepik

Vivemos uma era marcada por alterações ambientais e as transformações climáticas impõem desafios que não são apenas técnicos ou econômicos, mas profundamente éticos e políticos. O modelo de “des-envolvimento” (Sato, 2013) globalizado tem promovido a exploração descontrolada dos bens naturais, resultando em degradação ecossistêmica e agravamento das desigualdades sociais.

No Brasil, os eventos climáticos extremos ilustram essas alterações de forma emblemática. Recentemente, os Estados Amazônicos enfrentaram secas severas, enquanto o Rio Grande do Sul foi assolado por enchentes que comprometeram vidas e meios de subsistência. Esses eventos impactam de maneira desproporcional as populações em condições de vulnerabilidade, que são historicamente negligenciadas nas políticas públicas. A concentração do poder econômico e a exploração dos bens ambientais perpetuam desigualdades e comprometem o futuro coletivo.

Os dados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) destacam que as regiões mais pobres enfrentam impactos significativamente maiores do colapso climático. Segundo o sexto relatório de avaliação do IPCC, entre 2010 e 2020, a mortalidade humana causada por enchentes, secas e tempestades foi 15 vezes maior em regiões altamente vulneráveis, em comparação com regiões de vulnerabilidade muito baixa (IPCC, 2023). Essa situação revela que as populações menos responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa são as que mais sofrem suas consequências, evidenciando o fenômeno da injustiça climática.

Em 2024, o Planeta alcançou um recorde histórico de temperatura média global, conforme anunciado na segunda semana de 2025, pela Agência Copernicus. O aumento, atribuído principalmente às ações humanas, consolidou um marco preocupante: foi o primeiro ano em que a temperatura média excedeu o nível pré-industrial em 1,5°C. Esse patamar é o principal foco da agenda climática global, que busca limitar o aumento das temperaturas e mitigar os impactos das mudanças climáticas.



### *Deu na mídia*

O ano de 2024 foi o mais quente da história e o primeiro a exceder 1,5°C de aquecimento acima do nível pré-industrial.

Acesse o *link* ou leia o QR Code

[bit.ly/3DSry75](https://bit.ly/3DSry75)



Esse panorama é indissociável das críticas ao modelo capitalista, cuja lógica de desenvolvimento ilimitado e insustentável em bases naturais finitas nos encaminha para o colapso ecológico. Estudos como os de Paul Crutzen (2000), destaca o ANTROPOCENO como uma nova era geológica marcada pelo impacto significativo das atividades humanas nos sistemas naturais da Terra.

Enfatiza que a humanidade se tornou uma força geofísica de magnitude comparável às forças naturais, enquanto Jason W. Moore (2016) destaca o CAPITOLOCENO e enfatiza que o colapso ambiental não é simplesmente um reflexo das atividades humanas em geral, mas de uma estrutura econômica específica: o capitalismo. “Pela ausência de ética, o capitalismo promove as piores injustiças, forjando um abismo socioeconômico impiedoso” (Sato; Nora, 2021, p. 15). Essa estrutura econômica, centrada no lucro e na exploração irrestrita dos bens naturais, contribui diretamente para as desigualdades acentuadas pelas catástrofes climáticas. Esse tema será abordado com mais profundidade no terceiro módulo.

O discurso de Pablo Neruda, ao receber o Prêmio Nobel em 1971, permanece atual: “O mercado tem uma relação muito direta com os danos ambientais. A contaminação dos solos não afeta apenas os ares, os rios e as florestas, mas também as almas. Uma sociedade possuída de um frenesi para produzir mais, consumir mais, tende a converter as ideias, os sentimentos, a arte, o amor, a amizade e as próprias pessoas em objetos de consumo. Tudo se envolve com coisa que se compra, que se usa e se joga no lixo. Nenhuma sociedade havia produzido resíduo como a nossa. Resíduos materiais e morais.”



O frenesi pelo consumo converte não apenas a natureza, mas também relações humanas em mercadorias descartáveis. Tempos e relações que o sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman vai denominar de modernidade líquida, caracterizando uma sociedade onde os laços humanos são frágeis e facilmente descartáveis (Bauman, 2004).

### *Para saber mais*

#### **Atividade de leitura**

O texto aborda as principais conclusões do Sexto Relatório do IPCC, destacando os impactos já sentidos da mudança climática, como perdas irreversíveis em ecossistemas e efeitos adversos sobre populações vulneráveis. Ressalta o aumento de eventos climáticos extremos, riscos de extinção de espécies e desafios para adaptação. São apontados efeitos na saúde, insegurança alimentar e hídrica, e deslocamentos forçados. Além disso, o relatório alerta sobre a complexidade crescente dos impactos climáticos e a necessidade urgente de medidas de adaptação eficazes e planejadas para mitigar esses riscos.

Acesse o *link* ou leia o QR Code

<https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/02/OC-IPCC-FACTSHEET21.pdf>



Mesmo com esse cenário adverso, ainda existem pessoas e organizações que adotam posturas antiecologistas e negacionistas. Essas atitudes contribuem significativamente para atrasos e retrocessos nas políticas ambientais e climáticas, frequentemente impulsionados pela desinformação (IPCC, 2023). Que é, em grande medida, alimentada por interesses corporativos e lobbies contrários às políticas ambientais, as estratégias negacionistas promovem atrasos críticos na implementação de soluções climáticas eficazes, como evidenciado nos impasses recentes da COP 29, que aconteceu em Baku, no Azerbaijão, em novembro de 2024, a cúpula foi marcada por impasses nas negociações sobre redução de emissões e financiamento, com os especialistas e críticos insistindo na necessidade de um sistema mais ambicioso e eficaz para enfrentar a crise climática global.



Frente a essa crise multifatorial, algumas táticas se destacam como cruciais. A implementação imediata do desmatamento zero no Brasil é indispensável para a mitigação global, dado o papel importante do país como um dos maiores detentores de biodiversidade. Embora os dados do INPE indiquem uma redução de 34% no desmatamento em 2024, é evidente que esse progresso precisa ser acelerado. Outro ponto, o abandono definitivo da produção e do uso dos combustíveis fósseis é essencial. Paralelamente, é fundamental o fortalecimento das instituições públicas e científicas, como a formação e a pesquisa na educação ambiental, que devem receber investimentos contínuos para expandir a compreensão das dinâmicas climáticas e fortalecer cidadãos e gestores públicos no enfrentamento à emergência climática.

## 2. Educação Ambiental, a escola e a comunidade



foto: Regina Silva. Escola Quilombola Tereza Conceição Aruda

E qual a relação da escola com estes contextos? E a Educação Ambiental? A escola não é uma ilha isolada da sociedade, é como uma parte muito importante deste todo, torna-se um espaço formativo privilegiado que perpassa da educação infantil ao ensino médio, tendo na formação humana sua essencialidade. A escola sempre foi uma importante referência na vida das comunidades, é um espaço potente para promover reflexões, formações e ações voltadas à sustentabilidade e à justiça socioambiental. No entanto, para que isso aconteça, é fundamental que a Educação Ambiental se estabeleça como uma prática pedagógica crítica e transformadora.

No contexto escolar, é importante trabalhar a Educação ambiental com criatividade e envolvimento de toda a comunidade escolar. O(A) professor(a) é fator-chave para mediar esse processo de aprendizagem. Outro ponto importante, é que o ambiente não pode ser considerado um objeto de cada disciplina, isolado de outros fatores. Ele deve ser abordado como uma dimensão que sustenta todas as atividades e impulsiona os aspectos físicos, biológicos, sociais e culturais. A Educação Ambiental tem sido considerada como transdisciplinar, isto é, deve permear todas as disciplinas do currículo escolar (BNCC, 2018). Há diferentes formas de incluir a temática ambiental nos currículos escolares, como as atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora de sala de aula, produção de materiais locais, projetos ou qualquer outra atividade que conduza os alunos a serem reconhecidos como agentes ativos no processo que direciona a política ambientalista (Sato, 2003).

A legislação brasileira estabelece normas e diretrizes para a Educação Ambiental. Além da Constituição Federal de 1987, cujo artigo 225 assegura um ambiente saudável para todos e todas. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/1999, estabelece a inserção do tema nos currículos escolares e em ações não formais. No Estado de Mato Grosso temos um dispositivo que institui a Lei nº 10.903, de 07 de junho de 2019, regulamentada pelo Decreto nº 938/2024.

A Política Nacional de Educação Ambiental criou o Órgão Gestor da Educação Ambiental Brasileira com a participação do Ministério da Educação (MEC), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e de segmentos da sociedade civil, com o intuito de estimular as instâncias municipais e estaduais a instituírem localmente a PNEA.

A PNEA 9.795/1999 foi atualizada pela Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024, para incluir atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais.



### *Consulte na internet*

#### **Para conhecer a Lei nº 14.926/24**

Acesse o *link* ou leia o QR Code

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14926.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14926.htm)



foto: Canva

foto: Regina Silva

Essa atualização visa assegurar que os projetos pedagógicos da educação básica e superior incorporem temas relacionados às mudanças climáticas, proteção da biodiversidade e riscos socioambientais, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Além das legislações, o Tratado da Educação Ambiental para as sociedades sustentáveis e responsabilidade global, formulado pelas organizações não-governamentais, durante a Rio-92, representa um excelente documento de apoio à Educação Ambiental. Iremos conhecer mais sobre o Tratado no módulo 4.

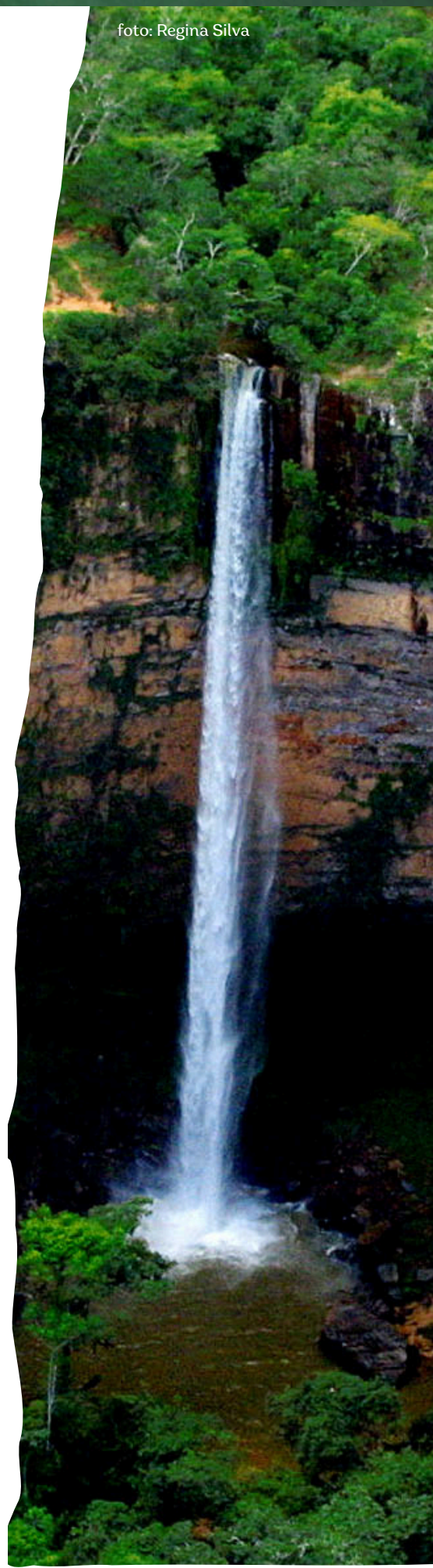
De acordo com a Lei nº 10.903/2019, em Mato Grosso, contamos com o Sistema Estadual de Educação Ambiental, no qual a Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer (SEDUC) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) atuam de forma integrada como um único Órgão Gestor. Destaca-se a relevância da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), instituída pelo Decreto nº 3.449, de 28 de novembro de 2001. Este órgão colegiado tem como principais atribuições promover a discussão, elaboração, planejamento, gestão, coordenação, acompanhamento, avaliação e implementação de atividades, bem como fomentar a construção conjunta da Educação Ambiental em Mato Grosso.



A Lei nº 10.903/2019 estabelece a Política Estadual de Educação Ambiental em Mato Grosso, substituindo a antiga Lei nº 7.888/03, essa legislação visa consolidar diretrizes para a promoção da Educação Ambiental no Estado, integrando diferentes setores da sociedade e órgãos governamentais para fortalecer ações educativas voltadas à sustentabilidade e à conservação ambiental. Conheça a Lei 10.903.

Acesse o *link* ou leia o QR Code:

<https://encurtador.com.br/QGpuK>



Para a concretização dessas legislações, é fundamental que gestores e educadores assumam um compromisso ativo na sua implementação, promovendo formação contínua e oferecendo subsídios para a elaboração de projetos e práticas que dialoguem com as especificidades das realidades locais. Um exemplo marcante em Mato Grosso foi o Projeto de Educação Ambiental (PrEÁ), lançado em 2005 pela SEDUC, sob a consultoria da professora Michèle Sato. Esse projeto teve como foco a formação de professores da rede pública estadual em Educação Ambiental, propondo que as escolas, a partir de seus contextos, desenvolvessem seus próprios Projetos Ambientais Escolares e Comunitários (PAEC), como táticas concretas de intervenção nas comunidades onde estão inseridas. Apesar de não ter tido continuidade como política pública, o PrEÁ merece reconhecimento por sua relevância e, também, pelo enraizamento da Educação Ambiental nas escolas e comunidades, além da implementação das legislações estaduais.



### **Políticas públicas e legislação na Educação Ambiental**

Realize a leitura do Capítulo 07: Políticas Públicas do livro Educação Ambiental: tessituras de esperanças.

Acesse o *link* ou leia o QR Code

[https://editorasustentavel.com.br/wp-content/uploads/2018/05/EDUCACAO\\_AMBIENTAL\\_Tessituras-de-Esperancas\\_ebook.pdf](https://editorasustentavel.com.br/wp-content/uploads/2018/05/EDUCACAO_AMBIENTAL_Tessituras-de-Esperancas_ebook.pdf)



#### *Artigo I*

*Fica decretado que agora vale a verdade,  
que agora vale a vida,  
e que de mãos dadas,  
trabalharemos todos pela vida verdadeira.*

#### *Artigo II*

*Fica decretado que todos os dias da semana,  
inclusive as terças-feiras mais cinzentas,  
têm direito a converter-se em manhãs de domingo.*

#### *Artigo III*

*Fica decretado que, a partir deste instante,  
haverá girassóis em todas as janelas,  
que os girassóis terão direito  
a abrir-se dentro da sombra;  
e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro,  
abertas para o verde onde cresce a esperança.*

*Thiago de Melo - Estatuto do Homem*



### *3. Educação Ambiental Popular e de Base Comunitária*



foto: Regina Silva

Michèle Sato e seus colaboradores, em “Educação Ambiental: Tessituras de Esperanças” (2018), destacam que a Educação Ambiental Popular adota uma perspectiva político-pedagógica, fortalecendo processos de emancipação e resistência. Baseia-se em práticas participativas que dialogam com saberes populares e promovem o envolvimento de comunidades, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, como povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas e outros grupos sociais.

Uma das táticas centrais da Educação Ambiental Popular é a articulação em redes. Essas redes, como a Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA) são espaços fundamentais para conectar atores sociais, facilitar trocas de experiências e ampliar a luta contra injustiças socioambientais. No contexto dessas redes, a educomunicação emerge como uma metodologia eficaz para promover a troca de saberes e a mobilização, utilizando ferramentas como mídias digitais, encontros presenciais e produção de materiais educativos acessíveis e plurais. A REMTEA é uma rede que nasceu em 1996, como fruto das articulações iniciadas durante a Eco-92. Um pequeno grupo de entidades governamentais inicia suas articulações criando o Grupo Interinstitucional de Educação Ambiental (GIEA), que depois somam seus esforços a um grupo de maior abrangência, formando a REMTEA, liderada pela sociedade civil, na época, pela Organização Não-Governamental Bioconexão.

Como Michèle Sato enfatiza, “estamos convictos(as) de que a diversidade, seja ela natural ou cultural, ainda é a maior expressão da Educação Ambiental” (2003, p. 11). A Educação Ambiental Popular é tecida nas esperanças e na reexistência, guiada na luta por um futuro em que a diversidade cultural e natural seja protegida e valorizada. Dessa forma, ela contribui para um movimento coletivo de transformação, em que a justiça socioambiental e a dignidade humana são os pilares centrais. Uma discussão importante sobre os estudos da Educação Ambiental e as diversidades socioculturais serão abordadas no módulo 2 desse curso.

O Professor Celso Sánchez Pereira, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tem contribuído significativamente para a conceituação da Educação Ambiental de Base Comunitária (EABC), uma educação que dialoga intimamente com a Educação Ambiental Popular. Em suas pesquisas, Sánchez enfatiza a importância de práticas pedagógicas que emergem de experiências comunitárias, valorizando saberes ancestrais e autóctones. Sánchez coordena o Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur), que desenvolve projetos como o Observatório da Educação Ambiental de Base Comunitária, focado em mapear e compreender ações pedagógicas realizadas em comunidades periféricas, como favelas, aldeias e quilombos.

*“Entendemos a educação ambiental de base comunitária como sendo a educação promovida no âmbito das comunidades populares, tradicionais, subalternas, indígenas e quilombolas, que tenha como objetivo a promoção de uma sociedade ambientalmente e socialmente mais justa, capaz de incorporar a ecologia de saberes e promover a alteridade epistemológica, ou seja, o encontro com o outro e suas formas de ver, conhecer e vivenciar o mundo.”*  
(Silva; Pereira, 2018, p. 205.)



### Consulte na internet

Para conhecer mais sobre o GEASur, visite o site:  
<https://www.geasur.com/>



### Podcast

O podcast "Ouvi Falar - UNIRIO", no episódio 5, intitulado "Educação Ambiental de base comunitária e as novas gerações", foi lançado em 20 de novembro de 2023, com duração de 57 minutos e 55 segundos. Neste episódio, os professores Marcos Sorrentino, da Universidade de São Paulo (USP), a líder comunitária e pedagoga Janete Nazareth Guilherme, e a bióloga Gabriela Andrade discutem sobre a educação ambiental de base comunitária. A temática explora um conceito originado de pesquisas do professor Celso Sanchez, que conecta o pensamento e a prática do educador Paulo Freire, enfatizando a educação como um instrumento de libertação.

Você pode ouvir o episódio completo no *link* ou lendo o QR Code:  
<https://open.spotify.com/episode/25poodU9C7UNuvbo5TJ65V>



### 3. 10 Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) foi pioneira ao criar, em 1989, um curso de especialização em Educação Ambiental. Um marco que impulsionou a formação do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA), sob a coordenação da Profa. Michèle Sato. Desde então, o GPEA tem desempenhado um papel relevante e contínuo, coordenando projetos que transcenderam as fronteiras do Brasil, promovendo intercâmbios e parcerias internacionais com países da América, Europa, África, Ásia e Oceania.

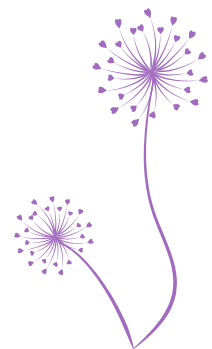
No âmbito nacional e regional, o grupo mantém colaborações científicas com diversas universidades, além de formar estudantes em diferentes níveis acadêmicos, incluindo iniciação científica, extensão universitária, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. O GPEA também esteve na vanguarda da fundação do Fórum de Direitos Humanos e da Terra, uma iniciativa da sociedade civil que integra a dimensão ambiental com os direitos humanos. Além de atuar em pesquisas na área de Educação Ambiental, o grupo participa de importantes instâncias de decisão, promove vivências comunitárias e fortalece o controle social, consolidando sua relevância no contexto do Estado de Mato Grosso e em outras regiões.

Infelizmente, a professora Michèle nos deixou no ano de 2023, porém, o GPEA vem buscando forças para a continuidade de suas ações, projetos e sonhos, em especial pelo compromisso das demais professoras e professores do grupo, este Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental é uma prova de que, apesar de toda a saudade da Mimi Sato, continuamos a nossa caminhada.



*Ser em memória  
No fluxo pretérito  
E o espelho revela  
A incompletude  
E o horizonte  
Sendo.*

*Michèle Sato*



*Professora Michèle Sato foi professora do Instituto de Educação da UFMT por 30 anos (1993-2023). Deixou um enorme legado para a Educação Ambiental no Mato Grosso, em especial, mas também para o Brasil e o mundo. Autora de mais de 120 artigos científicos, mais de 40 livros, entre outras publicações. Orientou mais de 100 pessoas em todas as categorias acadêmicas, de pesquisadores/as mirins ao pós-doutorado. Comprometida não apenas com as ciências, mas com a ética dos povos, da vida e da natureza, ela sofria e se importava verdadeiramente com todas as formas de vida. Michèle foi uma professora-pesquisadora-militante envolvida com os movimentos sociais e com os grupos em condições de vulnerabilidades.*



*Consulte na internet*

Para conhecer mais sobre o GPEA-UFMT, visite o blog.  
<https://gpeaufmt.blogspot.com/>





## Vídeos

Assista ao documentário comemorativo dos 20 anos (1997 a 2017) do GPEA, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT.



Direção e Roteiro de Rafael Martine e Thiago Cury Luiz  
<https://youtu.be/Pi4R5O8aZB8?si=is6TOZgMI5Tb8pkL>



## Atividade prática

### Minha biografia ecológica

Refleta e registre, em forma de texto, poema, desenho ou outro meio criativo, as memórias que conectam sua história de vida ao ambiente. Explore experiências marcantes, lugares significativos, relações com a natureza, e como essas vivências influenciam sua visão e suas práticas socioambientais.

## 4. As Escolas Sustentáveis: conceitos, objetivos e práticas pedagógicas



Foto: Canva

Para ampliarmos nossa reflexão sobre a educação ambiental em contexto escolar, vamos estudar sobre o **Programa Escolas Sustentáveis**, que é uma política pública que traz uma proposta pedagógica e de gestão que transforma as instituições de ensino em **Espaços Educadores Sustentáveis**. Ele baseia-se na ideia de que a escola deve ser um exemplo prático de cuidado com o ambiente, refletindo em suas ações e organização os princípios da sustentabilidade socioambiental. A concepção do projeto reconhece a escola como um espaço educador sustentável em três dimensões conectadas: o espaço físico, o currículo e a gestão. Nesses ambientes, os valores de cuidado com a natureza, justiça social e responsabilidade coletiva são vivenciados diariamente, promovendo uma cultura de pró-sustentabilidade que transcende os muros escolares.

*“Espaços educadores sustentáveis são aqueles que têm a intencionalidade pedagógica de se constituir em referências concretas de sustentabilidade socioambiental. Isto é, são espaços que mantêm uma relação equilibrada com o meio ambiente; compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, permitindo assim, qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. “*





*(Trajber; Sato, 2010, p. 71).*

A concepção do projeto reconhece a escola como um espaço educador sustentável em três dimensões conectadas: o espaço físico, o currículo e a gestão. Nesses ambientes, os valores de cuidado com a natureza, justiça social e responsabilidade coletiva são vivenciados diariamente, promovendo uma cultura de pró-sustentabilidade que transcende os muros escolares.

As escolas sustentáveis querem envolver escola e comunidade em pequenos Projetos Ambientais Escolares Comunitários, considerando o sujeito[estudante] percebido no mundo, suas relações no mosaico social da escola e seu entorno [comunidade] e no desenvolvimento de atividades, projetos e planos que se entrelacem como local [bairro, município educador sustentável], promovendo diálogos entre os conhecimentos científicos, culturais e saberes locais (Trajber; Sato, 2010, p. 73).

Uma escola sustentável é definida como um espaço educador comprometido com os cuidados ambientais visando minimizar os impactos. Isso é feito por meio de práticas pedagógicas integradas, gestão participativa e mudanças no espaço físico que favoreçam os cuidados com o ambiente. Segundo Leonardo Boff: educar é um ato que envolve cuidado – com o outro, com o planeta e consigo mesmo. Assim, as escolas sustentáveis assumem o papel de "incubadoras" de mudanças, promovendo ações comprometidas com a formação de estudantes e comunidades para enfrentar os desafios ambientais locais e globais.

#### **Os principais objetivos incluem:**

-  Promover uma educação ambiental transversal, integral e interdisciplinar;
-  Implementar práticas pedagógicas que engajem estudantes e comunidades no cuidado com o ambiente;
-  Estimular o uso de tecnologias sustentáveis, como ecotécnicas, que reduzem o impacto ambiental;
-  Desenvolver uma gestão democrática e participativa, valorizando a diversidade e promovendo a equidade.

## *A Gestão Escolar e Sustentabilidade*

Para que uma escola se torne efetivamente sustentável, a gestão precisa ser participativa, envolvendo todos os atores do ambiente escolar – estudantes, professores, gestores e a comunidade local. Um exemplo prático é a criação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida).

**O que são as Com-vida??** A Com-Vida é um espaço de gestão democrática dentro das escolas, criado para articular ações de sustentabilidade e promover a participação ativa de toda a comunidade escolar. Tem o objetivo de promover espaços de diálogo e cooperação, incentivando a construção de uma cultura escolar sustentável. Suas ações possibilitam que as escolas se tornem referências de sustentabilidade para a comunidade, fortalecendo a consciência ambiental e as práticas de cuidado com o Planeta.

### *Para saber mais*

Para saber mais sobre as Com-vida, acesse o documento técnico elaborado pelo Ministério de Meio Ambiente.

Acesse o *link* ou leia o QR Code:

**<https://acesse.one/sSyVP>**



Além disso, a gestão escolar deve incorporar princípios éticos e o cuidado como pilares fundamentais. Isso significa planejar e implementar práticas que considerem o impacto ambiental, social e econômico das ações escolares, promovendo uma visão integrada e crítica da realidade.

## *As Práticas Pedagógicas e o Espaço Físico*

O espaço físico das escolas sustentáveis desempenha um papel pedagógico central. Ao incorporar tecnologias ambientalmente responsáveis, como sistemas de captação de água da chuva, telhados verdes e hortas agroecológicas, esses espaços educam por si mesmos. Além de contribuir para o conforto térmico e acústico, essas práticas estimulam o reaproveitamento de bens naturais e a redução de emissões de carbono.

As práticas pedagógicas, por sua vez, são voltadas para o engajamento da comunidade escolar em ações concretas. Atividades como a organização de hortas, coleta seletiva de resíduos e produção de sabão a partir de óleo de cozinha usado integram o aprendizado teórico com a prática, promovendo uma compreensão mais integral das questões ambientais. Essas iniciativas não apenas reforçam conteúdos acadêmicos, mas também despertam nos estudantes o senso de responsabilidade pelo meio ambiente e pela comunidade.

### *As ecotécnicas*

As ecotécnicas, ou tecnologias ambientalmente sustentáveis, são um dos pilares das escolas sustentáveis. Elencamos algumas ideias que inspiram, mas muitas outras podem ser adotadas.

**Telhado Verde:** Reduz extremos de temperatura e promove o isolamento térmico.

**Hortas Agroecológicas:** Reaproveitam resíduos orgânicos e estimulam o sentido dos cuidados e o consumo local e saudável.

**Captação de Água da Chuva:** Diminui o consumo de água potável, sendo usada em atividades como irrigação e limpeza.

**Fogão Solar:** Ensina conceitos de física e química e reduz o uso de combustíveis fósseis.

**Tratamento de Resíduos Sólidos:** Favorece a economia solidária e a sensibilização sobre a gestão de resíduos.

Essas práticas oferecem soluções concretas para os desafios socioambientais no ambiente escolar. Contudo, é essencial que a reflexão crítica esteja presente ao longo de todo o processo de aprendizagem, promovendo não apenas a execução de ações, mas também a ação-reflexão que transforma os sujeitos envolvidos.



### *Vídeos*

Assista o vídeo sobre **Escolas Sustentáveis no Pantanal**

Pesquisa, formação, educomunicação e vivência comunitária com foco na justiça climática Anos: 2010-15 Local: São Pedro de Joselândia, Barão de Melgaço, MT Escola Estadual Maria Silvino Peixoto Moura

Acesse o *link* ou leia o QR Code:

<https://www.youtube.com/watch?v=UcTKR9uwQyU>





## Vídeos

Assista o vídeo sobre:

### **Escolas Sustentáveis e a Casa Tradicional Quilombola**

A Casa Tradicional Quilombola foi fruto do processo de formação em Escolas Sustentáveis, realizado pelos pesquisadores do GPEA com os professores, estudantes e servidores da Escola Quilombola Tereza Conceição Arruda. Ao longo do projeto, foi realizado um processo formativo sobre sustentabilidade na escola, que culminou com a criação desta casa, que foi idealizada a partir das técnicas tradicionais quilombolas em diálogo com a arquitetura sustentável. Este vídeo mostra desde o processo formativo até a construção da casa. O projeto foi desenvolvido pelo GPEA (Grupo pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte), liderado pela Profa. Dra. Michèle Sato, a UFMT, o Instituto Caracol, o WWF e a Escola Estadual Professora Tereza Conceição de Arruda, que pertence à comunidade quilombola do Mata Cavalo, situada no município de Nossa Senhora do Livramento, em Mato Grosso, Brasil.

Acesse o *link* ou leia o QR Code:

[https://www.youtube.com/watch?v=LYmUbnn\\_LSQ](https://www.youtube.com/watch?v=LYmUbnn_LSQ)



Foto: Regina Silva

## **O Currículo escolar**

O currículo é um poderoso agente de transformação nas escolas! Desempenha um papel central na implementação e consolidação de práticas de sustentabilidade nas escolas, especialmente naquelas que almejam ser espaços educadores sustentáveis. Ele articula saberes e práticas, possibilitando uma abordagem interdisciplinar e transversal da educação ambiental. O currículo, quando planejado e executado adequadamente, pode transformar a escola em um espaço de aprendizagem que incentiva a responsabilidade socioambiental e o engajamento comunitário.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, a Educação Ambiental deve ser um eixo transversal, permeando todas as disciplinas e projetos pedagógicos da escola. Isso significa que temas como mudanças climáticas, consumo consciente, biodiversidade e justiça ambiental devem ser abordados em diferentes áreas do conhecimento, como Ciências, Geografia, História, Artes, Língua Portuguesa, e outras (Brasil, 2013).



### *Para saber mais*

Acesse o documento sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. 2013.

Ao acessar o *link* ou ler o QR Code, vá para a página 534 - *Diretrizes da Educação Ambiental*.

<https://encurtador.com.br/MfJ2U>



O Projeto Político Pedagógico (PPP) é a base para a construção de um currículo voltado à sustentabilidade. Ele deve refletir a realidade socioambiental da comunidade escolar, incorporando a diversidade cultural e os saberes locais. Um PPP bem elaborado inclui a educação ambiental como eixo estruturante, articulando as dimensões ambiental, social e econômica na formação dos estudantes. O PPP é um documento vivo, construído coletivamente por gestores, professores, estudantes e comunidade. Esse processo democrático fortalece o vínculo entre a escola e seu entorno, promovendo uma gestão participativa e uma visão integrada da sustentabilidade na escola e comunidade.

A escola sustentável é um dos caminhos para a implementação da Educação Ambiental nas unidades escolares, ao integrar a sustentabilidade em seu currículo, suas práticas pedagógicas, na gestão e no espaço físico. Essas instituições têm o potencial de formar cidadãos críticos, conscientes e capazes de transformar a realidade. A implementação da Educação Ambiental nas escolas é essencial para favorecer o protagonismo juvenil, criando ambientes que estimulam os jovens a se engajarem ativamente em ações e soluções voltadas para a sustentabilidade socioambiental.

### *O Protagonismo Juvenil*

Em seu importante discurso na Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2019, Greta Thunberg confrontou líderes mundiais com palavras poderosas: "Vocês vêm até nós, jovens, em busca de esperança. Como ousam? Vocês roubaram meus sonhos e minha infância com suas palavras vazias." Suas palavras ecoaram pelo planeta, inspirando milhões de jovens a se erguerem como agentes de mudança, assumindo um papel de protagonismo nas questões ambientais. Essa postura reflete a urgência de uma crise climática que demanda ação imediata e coloca os jovens como o coração pulsante de um movimento global por justiça climática e ambiental.

O protagonismo juvenil é uma potente força transformadora. A juventude carrega consigo o potencial de romper paradigmas e propor novos caminhos. Em um mundo marcado por desigualdades e degradação ambiental, a escola desempenha um papel central. É nela que ideias se formam, debates se intensificam e ações concretas podem ser articuladas para enfrentar os desafios locais e planetários.

Promover o protagonismo juvenil no ambiente escolar não é apenas uma tática educativa, mas um compromisso com a construção de um futuro mais sustentável e justo. O discurso de Greta não é apenas uma crítica; é um chamado ao esperar, termo que Paulo Freire utilizava para descrever a esperança ativa, aquela que transforma sonhos em ações. Inspirados por esse espírito, os jovens podem reimaginar o presente e construir utopias concretas: comunidades mais solidárias, práticas mais sustentáveis e relações mais cuidadosas com a natureza.

Como Greta Thunberg demonstrou, a força de um jovem consciente pode sacudir as bases de estruturas políticas e econômicas que insistem na inércia. Assim, a escola, enquanto espaço de formação crítica e cidadã, precisa não apenas educar, mas também inspirar, fortalecendo a capacidade dos jovens de se posicionarem, resistirem e agirem.

Greta encerrou seu discurso com um apelo contundente: "O mundo está acordando. E a mudança está vindo, quer vocês gostem ou não." Essa frase simboliza o poder transformador da juventude, um poder que deve ser alimentado pela educação e traduzido em práticas concretas que enfrentem as injustiças climáticas e sociais. O futuro está nas mãos dos jovens, mas cabe à sociedade proporcionar as condições para que eles possam construí-lo com coragem, sabedoria e esperança. O módulo 4 será voltado ao estudo dos movimentos e protagonismos juvenis em prol da sustentabilidade socioambiental.



### Vídeos

Assista o discurso da Greta Thunberg na conferência do clima na Onu em 2019.

Acesse o [link](#) ou leia o QR Code

[https://www.youtube.com/watch?v=mbnRv81s\\_9Q](https://www.youtube.com/watch?v=mbnRv81s_9Q)



### *As Conferências Nacionais Infantojuvenil pelo Meio Ambiente*

Uma importante ação do Governo Federal para a articulação do protagonismos juvenis para a sustentabilidade socioambiental são as Conferências Nacionais Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA).

A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) é uma iniciativa conjunta do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), com o objetivo de mobilizar adolescentes e jovens de todo o Brasil para refletirem, discutirem e proporem ações relacionadas às questões ambientais. Desde sua primeira edição em 2003, a CNIJMA busca promover a cidadania ambiental nas escolas e comunidades, incentivando a educação ambiental crítica, participativa, democrática e transformadora.

O processo da conferência é estruturado em várias etapas, começando com debates e atividades nas escolas, passando por conferências municipais e estaduais, até culminar na conferência nacional. Ao longo de suas edições, a CNIJMA tem envolvido milhões de participantes, incluindo estudantes, educadores e gestores, fortalecendo a integração da educação ambiental nos sistemas de ensino e promovendo o engajamento das comunidades escolares em ações de sustentabilidade e justiça ambiental e climática.

A CNIJMA, com o tema "Vamos Transformar o Brasil com Educação e Justiça Climática", está programada para ocorrer ao longo de 2025. O processo da VI CNIJMA será desenvolvido em várias etapas:

**As Conferências nas Escolas:** Previstas para ocorrer entre março e abril de 2025, onde as instituições de ensino discutirão temas relacionados à justiça climática e selecionarão seus representantes;

**As Conferências Regionais/Municipais (opcionais):** Poderão ser realizadas em maio de 2025, conforme a organização local;

**As Conferências Estaduais/Distrital:** Programadas para junho de 2025, reunindo os delegados eleitos nas etapas anteriores;

**A Conferência Nacional:** Agendada para setembro de 2025, congregando representantes de todo o país para debates e formulação de propostas.

### *Como participar?*

1. Realize uma Conferência Escolar: Mobilize estudantes, professores e gestores para debater sobre justiça climática, criar projetos de ação local e escolher representantes para as próximas etapas.
2. Integre-se às Etapas Regionais e Estaduais: Amplie o impacto das propostas e compartilhe experiências com outras escolas e comunidades.
3. Contribua para a Conferência Nacional: Ajude a construir as bases para um Brasil mais sustentável e justo.

Para obter informações detalhadas sobre a conferência, acesse o site do Ministério da Educação dedicado à CNIJMA. Além disso, consulte a Portaria Interministerial MEC/MMA/MCTI nº 11, de 9 de outubro de 2024 que convoca a VI CNIJMA. CNIJMA <https://www.gov.br/mec/pt-br/cnijma>. Portaria Interministerial MEC/MMA/MCTI nº 11, de 09.10.2024 [bit.ly/40peE9w](https://bit.ly/40peE9w)



### *Atividade prática*

#### ***Roda de Conversa: Vamos Transformar o Brasil com Educação e Justiça Climática***

A CNIJMA é uma oportunidade única para as escolas serem espaços de debate, ação e transformação. Por meio das conferências escolares, estudantes e educadores poderão discutir os desafios ambientais de suas comunidades, propor reflexões e soluções criativas e levar essas ideias para as etapas regionais, estaduais e, finalmente, para a conferência nacional.

Organize uma Roda de Conversa sobre o tema da VI CNIJMA "Vamos Transformar o Brasil com Educação e Justiça Climática". Pode ser na escola, ou na instituição que você atua no momento. Busque engajar estudantes, professores e gestores em um diálogo reflexivo sobre as questões ambientais locais e globais, relacionando-as com os desafios e oportunidades de promover a justiça climática por meio da educação. Faça um registro reflexivo de até 3 (três) páginas sobre essa Roda de Conversa, insira fotos e registros da atividade e poste no AVA.

## 5. Educação Ambiental e Sociedades Sustentáveis



Foto: Canva

*"A vida atravessa tudo. Atravessa uma pedra, a camada de ozônio, geleiras. A vida vai dos oceanos para a terra firme, atravessa de norte a sul, como uma brisa, em todas as direções. A vida é esse atravessamento do organismo vivo planeta, numa dimensão imaterial."*

*Ailton Krenak*

Em nossa reflexão final deste módulo, destacamos que a emergência ambiental e climática que enfrentamos hoje é resultado de uma longa trajetória de desconexão entre os seres humanos e a natureza, frequentemente agravada pelo antropocentrismo e pelo consumismo incentivado pelo capitalismo. Diante desse cenário, é urgente repensarmos nossas práticas, valores e sistemas sociais, políticos e econômicos. A Educação Ambiental busca articular saberes locais, globais e culturais para promover novas formas de relação entre sociedade e ambiente, visando à transição ecológica e à construção de sociedades sustentáveis.

Inspirada no conceito de Bem-Viver, fundamentado nos saberes ancestrais de povos originários e camponeses, a Educação Ambiental propõe uma reconexão com a Terra, com a natureza e todos os seres. Reconhece-se a humanidade como parte do ecossistema, desafiando a visão de domínio sobre a natureza. Essa filosofia sugere um futuro em que justiça social e ambiental caminham juntas, promovendo direitos humanos, proteção ecológica e democracia. Segundo Acosta (2016), o Bem-Viver não é uma alternativa, mas uma ruptura civilizatória, uma proposta que desafia o modelo hegemônico de desenvolvimento e propõe formas de coexistências baseadas na relação cuidadosa com a natureza e na solidariedade entre os povos, como nos ressalta Krenak (2022):

# "O FUTURO É ANCESTRAL"!

Airton Krenak

A emergência climática, com seus desafios, também é uma oportunidade de reflexão para que assumamos novos caminhos com mudanças efetivas e robustas para a transformação ecológica. Tanto o Estado, a Escola, quanto a sociedade civil devem participar ativamente na formulação e implementação de políticas públicas. Como educadores/as ambientais, nosso compromisso é atuar como agentes de mudança, promovendo reflexões e práticas que respeitem as diferenças e estimulem a justiça socioambiental.

Paulo Freire nos inspira com a convicção de que mudar o mundo "é difícil, mas não é impossível". A Educação Ambiental exige que sejamos protagonistas de uma história coletiva e inclusiva, reescrevendo nosso futuro com cuidado, equidade e sustentabilidade.

*Vamos nessa?*



## *Referência bibliográfica*

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRASIL. Governo do. Ministério da Educação. **Processo Formativo Escolas Sustentáveis e Com-Vida**. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: MEC/CNE, 2013. Disponível em: <https://encurtador.com.br/MfJ2U>

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC). **Sexto Relatório de Avaliação do IPCC**. Genebra: IPCC, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch>. Acesso em: 8 jan. 2025.

SATO, Michèle. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2003.

SATO, Michèle; DALLA NORA, Giseli. **Turbilhão de ventanias e farrapos**: entre brisas e esperanças. Cuiabá: Editora Sustentável, 2021.

SILVA, Júlio Vitor Costa da; PEREIRA, Celso Sanchez. **Sociedades de água do Morro da Formiga**: Educação Ambiental de base comunitária e ecologia de saberes numa favela carioca. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 40, p. 185-208, jan./abr. 2018. Disponível em: [https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_40\\_artigo\\_08.pdf](https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_40_artigo_08.pdf). Acesso em: 9 jan. 2025.

TRAJBER, R.; SATO, M. **Escolas Sustentáveis**: Incubadoras de Transformações nas Comunidades. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** ISSN 1517-1256, v. especial; 2010 Nov. Disponível em: : <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3396/2054>. Acesso em: 8 jan. 2025.

# *Territórios e Identidades no entorno das Unidades de Conservação*

Rosana Manfrinate



Foto: Regina Silva - Quilombo de Mata Cavalo



*Não sou um número, nem parte de uma quantia  
Caminhamos todos juntos com a mesma camisa  
Sem pressa, para olhar onde se pisa.  
Não vale o tempo, mas valem as memórias  
Não se contam segundos, se contam história.*



Calle 13



# MÓDULO 02

## *Bem-vindas(os) ao segundo módulo do nosso curso de aperfeiçoamento em Educação Ambiental!*

Estamos muito felizes por iniciarmos este novo capítulo de aprendizado e troca. Este módulo foi cuidadosamente elaborado para promover reflexões sobre a nossa história, nossa identidade e o papel que desempenhamos na relação entre sociedade e natureza.

Neste módulo, abordaremos temas centrais como identidade, diversidade socioambiental e território. Queremos convidá-las(os) a refletir sobre nossas origens, culturas e tradições, bem como sobre questões associadas, como preconceito, reconhecimento, modos de vida tradicionais, o bem viver e, sobretudo, o sentimento de pertencimento e partilha com a natureza.

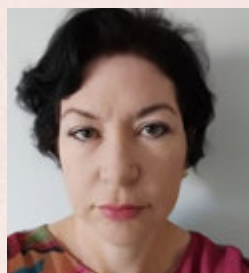
Para enriquecer esse diálogo, preparamos um conteúdo diversificado, que inclui poesias, textos acadêmicos e vídeos. Acreditamos que essa abordagem multidimensional facilitará uma experiência de aprendizagem mais sensível e transformadora.

Durante o módulo, vocês realizarão duas atividades avaliativas, pensadas para consolidar as reflexões suscitadas ao longo do percurso. Essas atividades são uma oportunidade para aplicar os conceitos adquiridos de maneira prática e significativa.

Esperamos que aproveitem ao máximo este material, que foi selecionado com muito cuidado e carinho. Agradecemos por fazerem parte deste processo coletivo para, juntos, repensarmos e construirmos a Educação Ambiental.

Abraços,

*Professora Rosana*



Rosana Manfrinate possui graduação em Licenciatura Plena e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (1996). Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2011, 2018), linha de pesquisa Movimentos Sociais e Educação Ambiental. Bolsista do Programa de doutorado Sanduiche no Exterior - na Universidade de Acoruña -Espanha. Atualmente é analista de meio ambiente - Secretária de Meio Ambiente de Estado de Mato Grosso. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Ambiental, Gênero, Educação Popular, Comunidades, Justiça Climática, Unidades de Conservação. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade - GECA/Universidade Federal de Mato Grosso.

## 1. A importância das identidades e territorialidades para contexto do meio ambiente



Foto: Régina Silva - Quilombo de Mater Carolo

### Quem somos nós?

Vamos iniciar esse módulo pensando um pouco neste parágrafo do livro “Mulheres de Cinza”, do moçambicano Mia Couto:

**Chamo-me Imani. este nome que me deram não é um nome. Na minha língua materna “Imani” quer dizer “quem é?”. Bate-se a uma porta e, do outro lado, alguém indaga: - Imani? [...] pois foi essa indagação que me deram como identidade. Como se eu fosse uma sombra sem corpo, a eterna espera de uma resposta. [...] Depois que minhas irmãs faleceram, levadas pelas enchentes, passei a ser chamada de “a Viva”. Era assim que me referiam como se o facto de ter sobrevivido fosse a única marca que me distingua. (Mia Couto. Mulheres de Cinzas, p.19).**

Quem somos nós? O que nos identifica? Oficialmente usamos documentos onde constam nossa idade, nome, filiação e nos transformamos em um número perante os órgãos governamentais. Mas será que somos só isso? Quando batem à nossa porta, igual a porta de “Imani” como nos identificamos? Qual a marca que nos distingue, e qual sua importância? E se as perguntas fossem mais profundas? Do tipo: qual é a história da nossa família? De onde é nosso jeito de falar? Por que gostamos e nos sentimos à vontade com algumas coisas e outras não? Por que somos aceitos em alguns grupos e outros não? Sofremos algum tipo de preconceito? Lutamos por algum direito? Temos algum jeito específico de nos divertir, conversar e festejar? Qual é nossa relação diante do mundo?

À medida que vamos respondendo essas perguntas, vamos também nos identificando de algumas maneiras que refletem, na maioria das vezes nossas histórias de vida, nossas memórias e ancestralidades, experiências que herdamos em forma de tradição dos nossos ancestrais, tudo isso diz respeito a nossa cultura e a nossa identidade povo diante dela e nos constrói como indivíduos pertencentes a um grupo, como nos mostra Brandão:

Os acontecimentos da vida de cada pessoa geram sobre ela a formação de uma lenta imagem de si mesma, uma viva imagem que aos poucos se constrói ao longo de experiências de trocas com outros: a mãe, os pais, a família, a parentela, os amigos de infância e as sucessivas ampliações de outros círculos de outros: outros sujeitos investidos de seus sentimentos, outras pessoas investidas de seus nomes, posições e regras sociais de atuação (Brandão, 1999, p. 37).

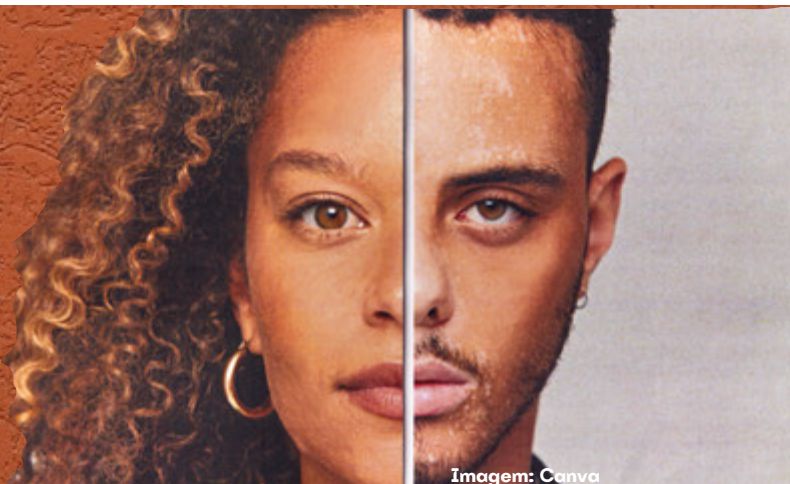


Imagem: Canva

Assim, a identidade não é inata, e sim entendida como uma forma sócio-histórica-cultural de individualidade, a identidade é a nossa singularidade que se expressa dentro do contexto sócio-histórico de relações que vivemos com os outros e com o mundo, ela é um conceito de si.

O conceito de si que forma a identidade nos contextos sócio-históricos – culturais, nem sempre são claros, muitas vezes estão escondidos, estão permeados por preconceitos e opressões utilizados como forma de dominação sobre histórias e vidas.

Dessa maneira, necessitam ser ressignificados, ser olhadas a partir do viés de superação, e de afirmação do seu próprio ser e do grupo ao qual faz parte, sentimos essa vibração de ressignificado e reafirmação no poema chamado “Brasil”, escrito por Eliana Potiguara , como vemos a seguir.

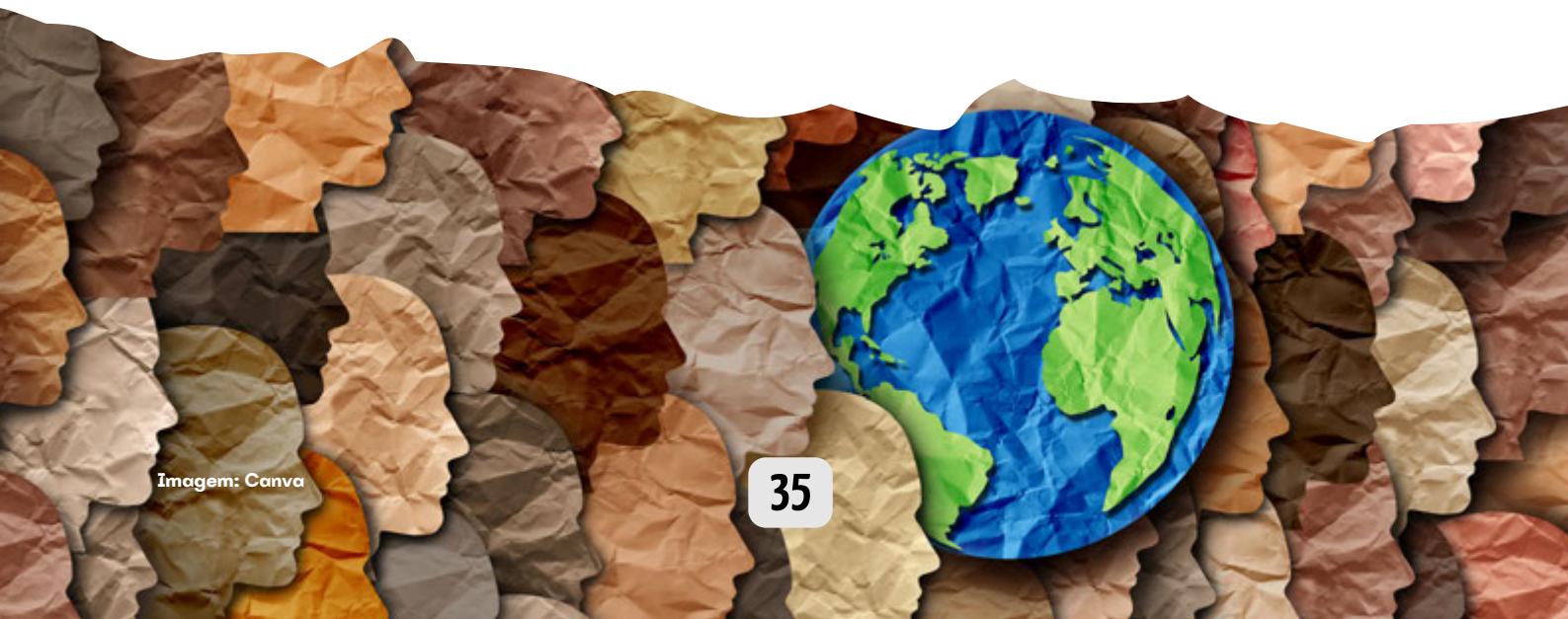


Imagem: Canva



## Brasil

Que faço com a minha cara de índia?  
E meus cabelos  
E minhas rugas  
E minha história  
E meus segredos?

Que faço com a minha cara de índia?  
E meus espíritos  
E minha força  
E meu tupã  
E meus círculos?

Que faço com a minha cara de índia?  
E meu toré  
E meu sagrado  
E meus "cabôcos"  
E minha terra

Que faço com a minha cara de índia?  
E meu sangue  
E minha consciência  
E minha luta  
E nossos filhos?

Brasil, o que faço com a minha cara de índia?  
Não sou violência  
Ou estupro  
Eu sou história  
Eu sou cunhã  
Barriga brasileira  
Ventre sagrado  
Povo brasileiro

Ventre que gerou  
O povo brasileiro  
Hoje está só...  
A barriga da mãe fecunda  
E os cânticos que outrora cantavam  
Hoje são gritos de guerra  
Contra o massacre imundo

**Eliana Potiguara**



Imagem: Google

O poema nos mostra os elementos símbolos da identidade indígena, que foram e ainda são sistematicamente invisibilizados, como se a protagonista não encontrasse seu lugar na sociedade, sentimos isso à medida que pergunta "o que faço com minha cara de índia"? Entretanto, ao longo do poema ela se apropria do seu mundo, do seu valor e da sua luta, como podemos perceber nesses últimos versos:

Brasil, o que faço  
com a minha cara de índia?  
não sou violência  
ou estupro  
eu sou história  
eu sou cunhã

barriga brasileira  
ventre sagrado

povo brasileiro  
ventre que gerou  
o povo brasileiro  
hoje está só...

a barriga da mãe fecunda  
e os cânticos que outrora cantavam  
hoje são gritos de guerra  
contra o massacre imundo



Trazendo dessa maneira a reflexão acerca de se entender indígena e a sua importância enquanto identidade de um povo que luta, resiste e não aceita os estereótipos utilizados para submissão, o que vem a concordar com o que Paulo Freire (1983) nos ensina:

**Quando o homem [e a mulher] compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias” (p.30).**

Desse modo, as identidades são formadas nos encontros do nosso eu com o mundo, e a relação com a realidade em que estamos. Todavia, vivemos um mundo plural, onde existe várias formas de encontros, estabelecemos várias relações e vários papéis como por exemplo uma mulher pode ser ao mesmo tempo, filha, mãe, avó, vizinha, trabalhadora, amiga, esposa, e muito mais, e em cada circunstância estabelece um tipo de relação como nos apresenta Mia Couto (2009) em seu poema



## Poesias

### *Identidade*

*Preciso ser um outro  
para ser eu mesmo*

*Sou grão de rocha  
Sou o vento que a desgasta*

*Sou pólen sem insecto  
Sou areia sustentando*

*o sexo das árvores  
Existo onde me  
desconheço*

*aguardando pelo meu  
passado  
ansiando a esperança do  
futuro*

*No mundo que combato  
Morro  
no mundo por que luto  
Nasço*

*Mia Couto,  
Raiz de Orvalho e Outros Poemas*

Para Hall (2006) e Certeau (2008), as identidades são plurais, não são rígidas nem, muito menos imutáveis, identidades são, pois, identificações em curso, sempre construídas no interior das relações. De tal modo, buscamos compreender essas identidades como formas descentralizadas (Hall, 2006), que se transformam a partir de suas experiências com o mundo, e no que elas se tornaram diante das interações sociais, ambientais e históricas. Ela tem a ver com o passado e as tradições, mas também com o futuro. Construindo, dessa forma, as relações do que se pensa que é, o que se pode ser e com o que não somos. “As identidades surgem da narrativização do eu, mas a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma, a sensação de pertencimento [...] mesmo que construída no imaginário” (Hall, 2008, p.109).

Por isso, a importância do conhecimento de si, da sua história, do lugar de onde se vem. Um ponto importante é perceber ainda que apesar da identidade ser individual e não fixa, ainda assim é possível estar próximos a outros que partilham de algumas similaridades identitárias, como a história de origem, cultura, tradições, sendo essa a sensação de pertencimento que aponta Hall (2008), figurada na poesia de Mia Couto “sou grão da rocha”.

Se tomarmos como exemplo uma etnia indígena, ou uma comunidade quilombola, teremos ali muitas pessoas que partilham da mesma história ancestral, tem costumes em comum, e o que é importante, partilham práticas de vida, mas não deixam de ser pessoas individualizadas, porém mediadas pela cultura que vivem. Então a identidade de grupo influencia e é influenciada pelos indivíduos que fazem parte dela, como nos mostra os vídeos abaixo:



## Vídeos

### **Ser mulher, negra, quilombola e professora em Chumbo, Poconé.**

I Festival do Cerrado - UFR/MT.

<https://www.youtube.com/watch?v=vNXK29mHo1g>



### **Índio ou Indígena? Daniel Manduruku**

<https://www.youtube.com/watch?v=4Qcw8HKFQ5E>



Nesse ponto devemos também compreender a importância que o território tem para formação identitária de um grupo, e aqui entendemos território como o espaço de convivência em que se constrói a cultura, espaço no qual se conjuga a parte física geográfica, com a simbologia do pertencimento e das relações de poder que existem (Haesbaert, 2004, p.95).

Para Milton Santos “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem [e da mulher] plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (Santos, 2002, p. 9).



O território nem sempre se restringe a um espaço físico ou fixo; ele também abrange dimensões imateriais. Não é apenas o solo ou os bens naturais que o compõem, mas também as intenções associadas a esse espaço, as relações de poder que nele se manifestam, as memórias construídas ao longo do tempo e até mesmo as disputas que ali ocorrem. É, muitas vezes, nessa interação entre identidade – enquanto expressão comunitária –, a natureza do lugar e seu contexto histórico-ambiental que a vida se concretiza e se perpetua.

*A Educação Ambiental nos guia nessa caminhada ao compreender que a construção da identidade está intrinsecamente conectada ao território em que vivemos. Essa relação se manifesta na ligação com a terra, nos modos de interação com o ambiente e no movimento de pertencimento ao lugar, reconhecendo o território como uma expressão pedagógica da identidade.*

## *2. O conceito de diversidade Sociocultural e sua relação com a Educação Ambiental*



foto: Regina Silva

Quantas vezes já ouvimos que o Brasil é um país plural, marcado pela convivência de diversas raças e culturas? Que sua formação resultou da contribuição de muitos povos? Essa diversidade sociocultural deve-se, em grande parte, às dinâmicas de exploração e ocupação do território brasileiro desde os tempos coloniais, que moldaram a riqueza e a complexidade cultural do país.

Isso significa que convivemos com muitas culturas sob a égide de sermos brasileiros. Em cada canto do país pode-se encontrar uma diversidade de comidas típicas, jeitos próprios de falar, crenças, valores sociais, práticas, religiões, costumes. Um cabedal



de situações que podem ser cotidianas para pessoas do Norte, e não serem reconhecidas pelas pessoas do Sul, sendo isso devido a cultura particular de cada local.

É importante, nesse contexto, compreender a complexidade do conceito de cultura. Nos estudos do antropólogo Clifford Geertz (2008), a cultura é definida como um sistema simbólico criado pelas pessoas para dar sentido à vida. Uma teia de significados e contextos compartilhados que conferem identidade e pertencimento a um grupo. Esses sistemas são aprendidos e transmitidos de geração em geração. Dessa forma, não existe uma cultura certa ou errada, nem uma única cultura, mas sim uma multiplicidade de culturas, cada qual com suas próprias práticas. Essa riqueza é o que chamamos de diversidade sociocultural.

Podemos usar como um exemplo simples dessa diversidade cultural o uso de um alimento comum em todo o Brasil: *Manihot esculenta* conhecida por diversos nomes, dependendo do local: macaxeira, mandioca, aipim. Sendo usada de inúmeras maneiras, como nos mostra o trecho da música "Farinha": de Djavan, famoso cantor de música popular brasileira.



## Músicas

### Música: Farinha

Cantor e Compositor: Djavan | Álbum: "Milagreiro":  
<https://www.youtube.com/watch?v=by59plXOOB4>



*A farinha é feita de uma planta  
Da família das euforbiáceas, euforbiáceas  
De nome manihot utilíssima  
Que um tio meu apelidou de macaxeira  
E foi aí que todo mundo achou melhor  
A macaxeira é popular  
É macaxeira pr'ali, macaxeira pra cá  
E em tudo que é farinhada a macaxeira tá*



O compositor mostra seu regionalismo nordestino usando o nome de macaxeira, apresentando sua base de valor simbólico recebido da comunidade a qual provém, deixando explícito na letra da música a forma de relações

Foto Canva

sociais, a apropriação do território, a afetividade e aprendizagem em relação a memória que ele tem da forma de consumo e preparo desse alimento.



## Músicas

*A farinha tá no sangue do nordestino  
Eu já sei desde menino o que ela pode dar  
E tem da grossa, tem da fina, se não tem da quebradinha  
Vou na vizinha pegar pra fazer pirão ou mingau  
Farinha com feijão é animal  
O cabra que não tem eira nem beira  
Lá no fundo do quintal tem um pé de macaxeira.*



E, por fim, o compositor apresenta sua ligação identitária de reafirmação, quando mesmo longe de sua comunidade elege de forma subjetiva e a partir de sua cultura e de seus referenciais de vida a “melhor” farinha.

*Você não sabe o que é farinha boa  
Farinha é a que a mãe me manda lá de Alagoas  
Você não sabe o que é farinha boa  
Farinha é a que a mãe me manda lá de Alagoas.*



Entretanto, a diversidade cultural se apresenta quando buscamos outras formas de utilização da mandioca pelo país. A respeito disso, trazemos como exemplo também o processo de preparação do Tucupi, prato típico da região norte, e refeição utilizada na principal celebração religiosa do estado do Pará, o “Círio de Nazaré”.

O texto a seguir foi retirado de uma pesquisa antropológica, quando foi solicitado aos moradores de uma comunidade tradicional que descrevessem a forma de se fazer o Tucupi até a sua preparação como refeição para os fiéis da celebração do Círio de Nazaré.

**Aqui ainda não usamos a prensa, que é uma técnica mais moderna. Descascamos a mandioca, manualmente com o ferçado. Depois disso, a gente lava a mandioca em uma caixa d’água e depois coloca ela em uma masseira, ou gamela, onde ela é ralada no Cafitu. Depois de ralada, a mandioca se transforma em massa e aí a gente coloca a massa em outra caixa d’água, onde acrescenta um pouco de água e depois coloca a massa no tipiti, que é colocado na prensa, onde o tucupi é refirado da massa. Depois disso, o tucupi vai pro processo de maturação, que é quando ele boia. O processo de maturação dura mais ou menos 16 horas, que é o tempo que a goma senta e o tucupi sobe, é nesse processo que o veneno é refirado dele. Depois da maturação a gente separa o tucupi da goma e ferve a lenha por mais ou menos 20 a 30 minutos com alho Chicória e alfavaca e sal. Nessa fervura o resto do veneno é refirado de vez e o tucupi fica pronto pra ser consumido, e levamos para as barracas de comida em louvor ao Círio de Nazaré.**

**(Relato de Marcelo Santana - Veja mais em <https://portalamazonia.com/cultura-alimentar/sobre-o-lugar-do-pato-no-tucupi-no-almoco-do-cirio/>).**

O trabalho de preparação do Tucupi ainda é feito de forma original, os utensílios utilizados levam nomes indígenas tipiti (espécie de espremedor feito de palha), catitu (ralador), gamela (recipiente feito de madeira), mostrando a importância e a presença dos povos originários na cultura paraense.

Contudo, o relato apresenta nuances históricas de resistências com, por exemplo, ser a comida típica servida numa celebração cristã trazida pelos colonizadores portugueses. Como não perceber a resignificação e resistência da cultura original do território nas brechas e possibilidades encontradas na imposição de outra cultura, como nos apresenta Certeau (2008, p.93).

**No sistema que lhe é imposto, cria para si um espaço de jogo para maneiras de utilizar a ordem imposta do lugar. Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe a lei, ele aí instaura a pluralidade e a criatividade. Essas operações de reemprego não impede que correspondam a uma arte muito antiga de “fazer com”.**

Assim, a cultura se mantém, se renova, se cria e recria de forma diversa, com o próprio dinamismo da sociedade. A diversidade sociocultural é o próprio resultado da vida acontecendo, das lutas, da miscigenação, da aceitação de uma cultura em um território, mas também pode ser resultado de uma exclusão e resistência. A diversidade sociocultural é o processo histórico e de aprendizagem no desenvolvimento do cotidiano na busca do viver com dignidade. Como esses exemplos, poderíamos mostrar muitos mais, e todos eles nos apresentariam uma gama de saberes que ao longo de desenrolar cultural foram sendo forjados. Assim, a diversidade sociocultural é uma dimensão educadora pois, para se manter ela precisa ser partilhada, aprendida, repartida e vivida pelas comunidades no seu eterno refazer.

Essas aprendizagens, quando relacionadas à diversidade, estão profundamente ligadas à natureza e à forma como os seres humanos se apropriam dela. Nas comunidades, em especial, observamos uma integração mais intensa e uma dependência maior em relação à natureza.





Os saberes que elas estabelecem para a garantia de vida e da cultura está ligada ao manejo da terra, da água, da flora e dos animais; baseados na observação, na ancestralidade, no território, na cosmovisão e na necessidade de sobrevivência, mas que, todavia, são menos impactantes. São assim chamadas de Comunidades e Povos Tradicionais, conforme nos mostram os vídeos abaixo.



## Vídeos

### **A realidade dos ribeirinhos que vivem próximo ao Tumucumaque**

- Série JR.

<https://www.youtube.com/watch?v=sXq9qq2am9g>



### **Cultura alimentar afro-brasileira - sabores, cores e destinos**

<https://www.youtube.com/watch?v=mSPzjyLOr8Q&t=108s>



Refletir sobre os saberes elaborados por essas comunidades é, também, refletir sobre a Educação Ambiental, já que ambos se fundamentam em princípios de cuidado com a natureza. Nesse contexto, a Educação Ambiental busca restabelecer a conexão do ser humano com a natureza, promovendo um sentimento de pertencimento. Esse cuidado, nas comunidades, manifesta-se de forma orgânica, permeando o trabalho e as vivências cotidianas. Isso é algo que está presente nessas comunidades de um modo orgânico, na forma de trabalho ou vivência, como nos mostra Brandão (1999, p. 90)

**É preciso compreender que o sentimento do tempo vivido como imaginário, conhecimento, preceito e gramática da vida individual e coletiva, nunca é medido por meio de uma esfera única de indicadores: os da natureza cósmica (o fluxo das estrelas, as fases da lua, o caminhar diário do sol); os dos ambientes próximos (a chegada das chuvas, a floração dos ipês, o acasalamento das seriemas, a invasão de pragas na lavoura de milho, o amadurecimento das mangas); os dos efeitos do trabalho da cultura sobre a natureza incorporada à sociedade (o aumento do leite das vacas, a colheita do feijão da seca, o momento de arar os campos, a lenta seca [...]).**

Assim, a natureza não é algo que possa ser ignorada ou dominada, mas que ganha contornos de protagonista tanto na visão cultural da comunidade como nos princípios da Educação Ambiental. Dessa maneira, cada comunidade entende a natureza e interage de uma forma, a diversidade sociocultural torna-se um saber imenso sobre formas de cuidado, e a Educação Ambiental é uma face mediadora desse saber tradicional para o restante da sociedade na busca da sustentabilidade:

**[...] nova concepção do viver como partilhar experiência, saberes e sensibilidades em situações de contextos regidos cada vez mais pela partilha pela cooperação, pela solidariedade, pela gratuidade. Por tudo aquilo que sonha construir os caminhos em direção ao mundo da vida. (Brandão, 2005, p. 91).**

A relação entre Educação Ambiental e Diversidade Socioambiental também possui o caráter de ampliar o debate sobre o cuidado, a resistência e a visibilidade das Comunidades e Povos Tradicionais. Como discutido anteriormente neste capítulo, a diversidade cultural sofre com processos de exclusão e imposição de outras formas de vida, bem como com o uso predatório e a exploração da natureza. A Educação Ambiental, em sua atuação como ação política, posiciona-se na luta pela sustentabilidade e contra as injustiças ambientais.



*Para saber mais*

### **Direitos dos povos e comunidades tradicionais**

Acesse o link ou leia o QR Code

[https://www.caa.org.br/media/publicacoes/PUBLICACAO\\_ESPECIAL\\_DIREITOS\\_DOS\\_POVOS\\_E\\_COMUNIDADES\\_TRADICIONAIS\\_oibAP6o.pdf](https://www.caa.org.br/media/publicacoes/PUBLICACAO_ESPECIAL_DIREITOS_DOS_POVOS_E_COMUNIDADES_TRADICIONAIS_oibAP6o.pdf)



*Atividade prática*

1. Assistir aos vídeos, ler os poemas e ouvir a música indicados sobre esse tema.
2. Produzir um texto reflexivo sobre o “O conceito de diversidade sociocultural e sua relação com a Educação Ambiental”.

Produzir um texto reflexivo sobre a diversidade da sua própria vida, conte um pouco sobre sua família, sua identidade, se vocês seguem algumas tradições, quais são seus costumes, e se você consegue identificar quais são as raízes desses costumes. O texto deverá ter no mínimo 2 (duas) páginas e poderá ser escrito de várias formas, narrativa, relato pessoal ou ensaio reflexivo.



### *3. Equidade (direito à diferença e redução das desigualdades), e bem-viver (direito à vida)*

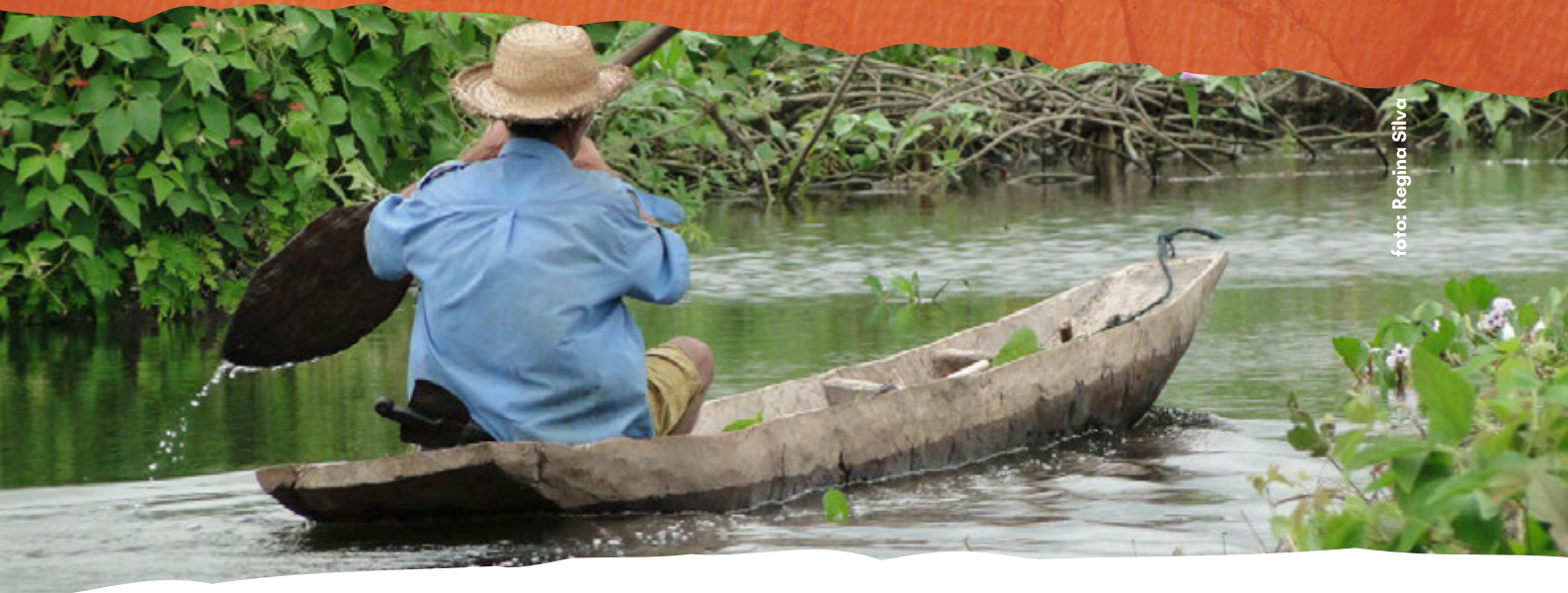


foto: Regina Silva

A nossa Constituição Federal de 1988 garante a igualdade de direitos a todas as pessoas brasileiras, sem distinção. Mas será que só a garantia da igualdade é suficiente para que todos e todas tenham seus direitos realmente garantidos, principalmente num país como o Brasil, com tanta diversidade e injustiça?

Para pensarmos essa resposta, devemos retomar a ideia dos temas anteriores, como a identidade, cultura e diversidade. Vimos que somos diferentes em história, tradição, modos de apropriar do território, pensar o mundo, se relacionar com a natureza, entre outras coisas, e que respeito à diversidade é um princípio para a educação ambiental crítica. Muitas vezes essa diversidade é vista com preconceito, ou nem mesmo é levada em consideração, e o conceito de igualdade passa a ser a régua de medição, onde os direitos são considerados para todos, mas não considerando às diferenças existentes entre as pessoas e as culturas, o que faz com que alguns grupos não tenham acesso a esses direitos.

Aqui é que entra outra palavra importante, a “equidade”. No dicionário o termo equidade consiste na adaptação da regra existente à situação concreta, observando-se os critérios de justiça, ou seja, garantir que todos tenham oportunidades justas para garantir os direitos iguais, podemos entender melhor este conceito assistindo este vídeo abaixo:



## Videos

### Igualdade x Equidade

<https://youtu.be/Xwya0PgnwNA?si=3YikzIZnIGDhCF-3>



É importante compreender que a diferença é sempre percebida em relação a algo. Vivemos em uma contemporaneidade industrial e digital que a todo momento nos apresenta algo novo a ser consumido. A comunicação é rápida, assim como os relacionamentos. No entanto, esse mundo industrial e tecnológico não surgiu de repente; ele foi sendo forjado e ampliado gradativamente. Para isso, foi necessário, de alguma forma, se apropriar e até mesmo invisibilizar outras formas de viver e estar no mundo. Assim, adquirimos o status de 'evoluídos' em uma sociedade que se fundamenta na tecnologia, em contraste com comunidades consideradas 'atrasadas', que ainda buscam preservar seus modos de vida tradicionais.

Não podemos também deixar de observar que ser “evoluído” não é apenas uma questão tecnológica, mas também de poder, que muitas vezes tem relação com exploração da natureza e apropriação de territórios, que se dá principalmente em busca de lucros, e que conforme vocês presenciarem no próximo módulo, tem causado problemas tanto ambientais quanto sociais, acelerando o colapso climático (trataremos mais sobre essa temática no próximo módulo).

Nesse contexto, as comunidades tradicionais são tidas como uma barreira para a expansão do mundo industrial, e por isso essas comunidades sofrem pressões, expropriações de seu território, preconceitos por não serem compreendidas e aceitas dentro de suas diferentes formas de viver e estar no mundo.

Daí a importância da equidade como garantia do direito à diferença e à vida, não apenas para sobreviver, mas para viver plenamente, para o Bem Viver. Esse conceito faz referência à sabedoria ancestral de integração com a natureza, fundamentando-se em práticas tradicionais dos povos nativos das Américas. Ele apresenta princípios, cosmovisões e formas de vida baseadas em elementos comuns entre esses povos, ao mesmo tempo em que permite atualizações e incorporações. Cada povo, dentro de seu contexto, desenvolve sua própria forma de Bem Viver, mas a semelhança entre todos está justamente em ter a natureza como base integradora e essencial para a continuidade da vida. Vamos entender um pouco visualizando esse interessante vídeo.



## Videos

### A arte do Bem-Viver: Conversa com Kaká Werá

<https://www.youtube.com/watch?v=wJSIYbT-Lhg>





O Bem Viver pode ser entendido como uma possibilidade para um novo pacto civilizatório, uma alternativa à sociedade de consumo e exclusão em que vivemos. Essa sociedade reproduz ideias e práticas racistas, machistas, predatórias, e está baseada na dominação e no desenvolvimento econômico a qualquer custo.

Países como Equador e Bolívia foram pioneiros, a partir dos anos 2000, em inserir o conceito de Bem Viver (Buen Vivir) em suas constituições. Esse princípio democrático promove o respeito e o reconhecimento dos direitos da natureza e dos povos originários. Essa conquista foi resultado de décadas de intensos movimentos sociais que lutaram pelo reconhecimento desses valores.

A ideia do Bem Viver é revolucionária pois, quebra a hegemonia de entender a natureza como apenas recurso natural, colocando também os saberes originários como os ciclos, o escutar a floresta e a Terra, entes que também tem seus direitos.

Assim, ao reivindicarmos a equidade como garantia do direito à diferença e à redução das desigualdades, estamos também defendendo o cuidado com a natureza, a continuidade das tradições, a visibilidade dos povos, o respeito às vidas e a construção de um novo caminho para a humanidade. O Bem Viver também se manifesta como uma expressão pedagógica da Educação Ambiental, pois nos ensina a viver e conviver no mundo com respeito à diferença, à diversidade e ao cuidado. Assista ao vídeo abaixo para conhecer mais sobre o Bien Vivir dos povos andinos.

Como nos lembra Ailton Krenak (2019),



*o futuro é ancestral, pois a sabedoria dos povos originários nos ensina que é possível construir outros caminhos para a humanidade, com respeito à natureza e às diversidades socioculturais que nos constituem como sociedade. Reconhecer nossa ancestralidade é fundamental para projetarmos um futuro mais justo e sustentável para todos.*



## Vídeos

### **Pachamama, a mãe Terra**

Acesse o [link](#) ou leia o QR Code

<https://www.youtube.com/watch?v=JPKI3xLaTTQ&t=13s>





Resenha do livro - ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

Acesse o *link* ou leia o QR Code:

file:///C:/Users/55659/Downloads/11726-Texto%20do%20Artigo-47082-1-10-20210321.pdf



## 4. A Metodologia do Mapeamento Social: experiências em Mato Grosso

# MAPA SOCIAL

mapeando os grupos sociais do Estado de Mato Grosso – Brasil

Ao longo do nosso módulo, abordamos conceitos como identidade, a importância da diversidade sociocultural, equidade, direito à diferença e Bem Viver. Esses temas estão diretamente ligados à visibilidade das comunidades, ao conhecimento sobre a relação com a natureza e à sua relevância na busca por um futuro sustentável.


Esse conhecimento deve ser construído respeitando a autodeterminação das comunidades, considerando como elas se definem, de que forma narram seus territórios, além dos sonhos e desafios que enfrentam para a manutenção da vida e da cultura. Compreender os territórios é também um princípio essencial para a elaboração de políticas públicas, permitindo que o planejamento atenda verdadeiramente aos desejos e necessidades das comunidades, baseando-se em seus próprios saberes.

Mas como conhecer as identidades e os territórios a partir da visão e da experiência das próprias comunidades? Uma metodologia interessante para isso é o Mapeamento Social.

O mapeamento social é uma metodologia participativa que, por meio de oficinas, diálogos, engajamentos e vivências busca representar o cotidiano de uma comunidade, descrevendo os territórios, as relações sociais, os conflitos, bem como as lutas e os sonhos coletivos. Durante essas oficinas, perguntas geradoras, como 'Como surgiu essa comunidade?', 'Quais são as ameaças enfrentadas?' ou 'Quais os sonhos para este território?', orientam a construção coletiva do mapeamento. A partir dessas reflexões, os lugares são descritos e, com eles, emergem as histórias e significados que constituem a identidade da comunidade. O mapeamento também proporciona à comunidade a oportunidade de olhar para si mesma, de pausar para perceber o território e reconhecer o outro como parte da partilha de vida.

Um exemplo importante e muito significativo é o Mapeamento Social realizado de forma participativa no Estado de Mato Grosso, nos anos 2008 e 2010, que teve o intuito de evidenciar que existem inúmeros grupos sociais que merecem atenção e não foram contemplados no Zoneamento do Estado de Mato Grosso. Esse mapeamento foi realizado pelo Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). É um estudo que pode contribuir como instrumento de políticas públicas na aliança da proteção ecológica dos ecossistemas mato-grossenses, com especial atenção às vidas humanas que vivem sobre eles. Conforme nos mostra Silva e Sato (2010, p. 280):

**Não se pode mais olvidar o protagonismo destes inúmeros grupos e movimentos que se fortalecem na luta pelo reconhecimento de suas identidades, seus territórios e seus direitos coletivos, porque só assim é possível assegurar a visão de que esses bens são da humanidade e não passíveis de apropriação privada. É preciso saber ouvir as múltiplas vozes (...); A sobrevivência desses sujeitos sociais está intimamente ligada, em primeiro lugar, ao direito de permanecer em seus territórios, aliado, às condições de inclusão, que lhe assegurem ter, minimamente, uma vida digna. Enquanto educadores ambientais, acreditamos poder contribuir com a visibilidade desses grupos, oferecendo poder de escuta e fala a eles, para se sentirem incluídos e protagonistas na formulação de políticas públicas para a autonomia de suas identidades e de seus territórios.**



O Mapa Social é uma metodologia de pesquisa participativa utilizada no estado de Mato Grosso com o objetivo de representar e compreender territórios a partir da perspectiva das próprias comunidades. Essa abordagem vai além da simples representação cartográfica, pois integra a percepção das relações sociais, dos conflitos, das memórias e dos sonhos coletivos das populações mapeadas. O foco principal do Mapa Social é valorizar os saberes locais, promover a visibilidade das comunidades e fortalecer suas lutas por direitos e reconhecimento.

No contexto de Mato Grosso, o Mapa Social se destaca como uma ferramenta essencial para dar voz às comunidades historicamente invisibilizadas, permitindo que elas descrevam seus territórios, tradições e desafios em suas próprias palavras. Essa metodologia é especialmente importante em um estado marcado pela diversidade socioambiental, onde convivem comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e outras populações locais.

O Mapa Social em Mato Grosso obteve resultados significativos, tanto em números quanto em alcance. Ao longo de sua realização, foram mapeadas diversas comunidades, abrangendo diferentes grupos sociais do Estado: Os dados dos grupos sociais identificados nos I e II Seminários de Mapeamento Social apresenta-se de acordo com as autonarrativas dos participantes (figura 01), “[...]registraram a existência de 52 grupos sociais/comunidades/movimentos que, somados a 47 etnias indígenas, totalizaram um prognóstico de 99 identidades mapeadas nos territórios de Mato Grosso”. (Silva; Sato, 2012, p.20).

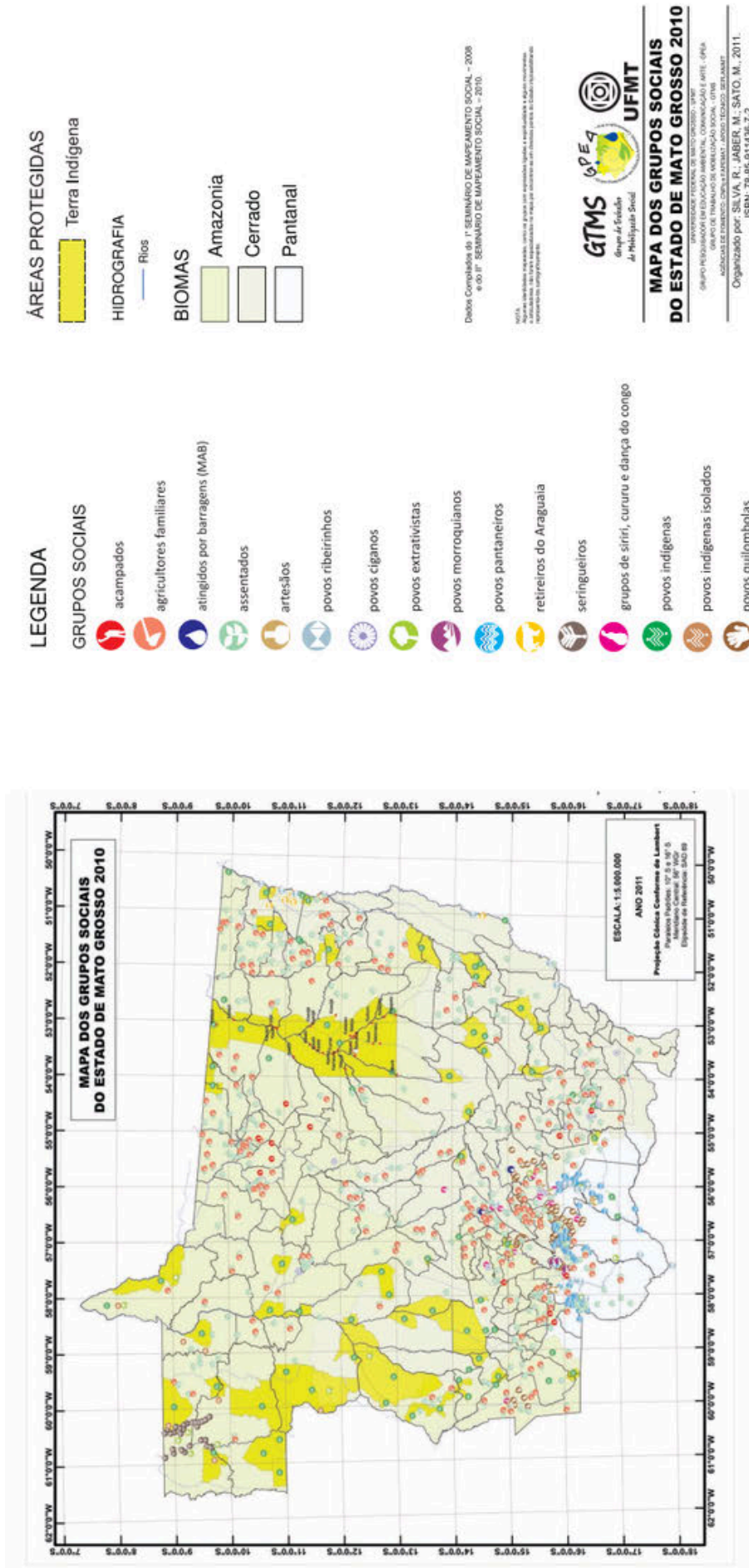
Para aprofundar o conhecimento sobre a metodologia do Mapa Social e sua aplicação em Mato Grosso, recomendamos a leitura do Caderno Pedagógico do Mapa Social. Ele oferece uma visão detalhada sobre o processo de mapeamento, a participação das comunidades e os resultados obtidos.

O Mapeamento Social, ao valorizar os saberes e as vozes das comunidades, demonstra que a construção de um futuro mais justo e sustentável passa pelo reconhecimento das identidades, territórios e direitos coletivos, consolidando-se como uma ferramenta essencial para a Educação Ambiental e para o fortalecimento das políticas públicas.



foto: Regina Silva

*Figura 01 - Mapa dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso - 2010*



## Para saber mais

### **Caderno Pedagógico: Mapa Social do Estado de Mato Grosso**

(Regina Silva e Michèle Sato). Esse caderno traz um registro dos mapeamentos realizados nos anos de 2008 e 2010. Os seminários de mapeamentos foram realizados em Cuiabá-MT e reuniram, aproximadamente, 500 lideranças de povos indígenas, povos quilombolas, grupos e comunidades que fortalecem identidades de resistências, com diferentes modos de vida que demarcam as características de seus territórios, estabelecendo uma relação intrínseca entre a cultura e a natureza.

Acesse: o *link* ou leia o QR Code:  
<https://acesse.dev/gwtkV>



## Vídeos

Para se ter uma ideia de como é representativo e importante o mapeamento social de um grupo social/povo/comunidade, assistiremos os dois vídeos que tem como exemplos os mapeamentos locais, como de uma comunidade do Povo indígena Chiquitano em Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) e o outro sobre mapeamento social das Benzedadeiras, no Estado do Paraná.

### **I Mapeamento Social Chiquitano**

Produzido em 2019 pelo Instituto Caracol.

Acesse o *link* ou leia o QR Code:

[https://youtu.be/1\\_IV\\_TbGABI?si=iBgrZrh3eSS6JOWz](https://youtu.be/1_IV_TbGABI?si=iBgrZrh3eSS6JOWz)



### **Mapeamento Social das Benzedadeiras**

Produzido em 2011. Pelo Movimento dos Aprendizes da Sabedoria (MASA).

Acesse o *link* ou leia o QR Code:

<https://youtu.be/Mu6sT2-t0TA?si=lulGea6LO8Bk27Cg>



## Atividade prática

Compreendemos os mapeamentos participativos como um importante caminho para reconhecimento das diferenças sociais e das diversidades ecológicas da escola/entorno da escola e/ou da comunidade onde estamos inseridos. Para essa atividade, sugerimos que faça uma caminhada pela escola/entorno/comunidade, reconhecendo as especificidades da localidade, convidamos a desenvolverem coletivamente um pequeno projeto de mapeamento social dos pontos de referência: quais são os moradores mais antigos?





»»» Quais são os grupos sociais que convivem neste espaço e as principais reivindicações das pessoas que moram por ali? Depois dessa primeira pesquisa de campo é possível desenhar um mapa (ou um croqui) da escola/comunidade/bairro? Poderá ser utilizada uma cartolina branca para isso que depois, precisará ser digitalizada para o envio no AVA.

»»» Após esse esboço inicial da comunidade, escolham alguns moradores para serem entrevistados. Elabore para estas entrevistas um roteiro de perguntas, sugerimos algumas questões: Qual o histórico do bairro/escola? Como foram as primeiras ocupações? Quem foram os primeiros moradores? Como era o bairro há 50 anos? Quais são as diferenças para hoje? O que mudou na paisagem daquela época para cá? Qual foi o principal fator que gerou essas mudanças? Quais são os principais grupos sociais que habitam nosso bairro/entorno da escola? Há problemas socioambientais no entorno da escola?

»»» Quais são as reivindicações dos habitantes do local? Qual o papel da escola no contexto dessas reivindicações/problemas? Outras perguntas podem ser incluídas se forem necessárias. Após essa etapa, pontuem no mapa elaborado da comunidade as principais exigências dos moradores, os grupos sociais diversos, os impactos ambientais, os conflitos socioambientais, etc. Sugerimos que socialize os resultados finais com a escola/comunidade. Dependendo do uso que fizerem do mapa, ele poderá tornar-se um importante documento de luta e reivindicações.

»»» Que tal elaborar um documento? Uma carta aos parlamentares? Um abaixo-assinado comunitário? Enfim, são vários os encaminhamentos possíveis a esta atividade. É importante que este processo de construção do mapeamento seja um percurso pedagógico de aprendizagem coletiva entre os estudantes, educadores, moradores da comunidade, pesquisadores, etc. Ao finalizar a atividade, elabore um relatório final e poste no AVA, é importante que inclua o mapa/croqui produzido e as fotos de registros das atividades.

### *Referência bibliográfica*

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Aprender o saber, partilhar o saber: Algumas ideias como um chão pronto para semear propostas de uma Educação Ambiental. In: SORRENTINO, Marcos (Org.). **Educação Ambiental e políticas públicas**: conceitos, fundamentos e vivências. 1 ed. Curitiba. Appris 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**. Campinas. São Paulo: Editora Unicamp, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano I**: as artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

COUTO, Mia. **Mulheres de cinzas**: as areias do imperador: uma trilogia moçambicana, livro 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

COUTO, Mia. **Raiz de orvalho & outros poemas**: poesia/ Mia Couto. - 4ª ed. - [Lisboa] : Caminho, imp. 2009. - 99 p

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: Fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

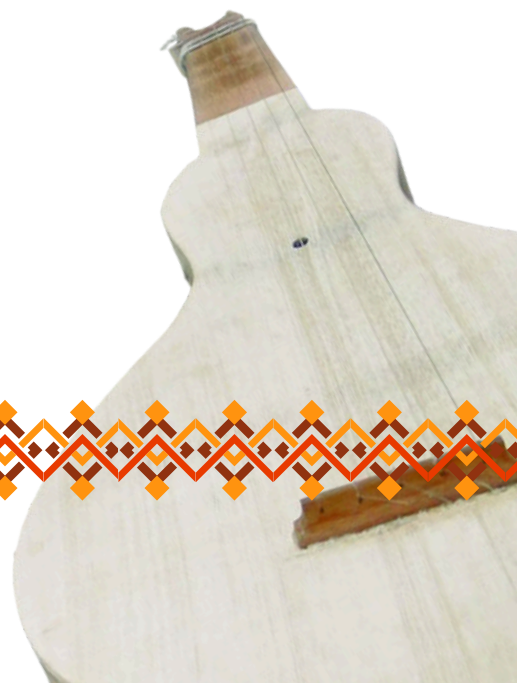
HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

POTIGUARA, Eliana. **Metade Cara, Metade Máscara**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Grumin Edições, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA; Regina A.; SATO, Michèle. **Mapa Social**: mapeando os grupos sociais do Estado de Mato Grosso - Brasil. Cuiabá: EdUFMT, 2012. Disponível em: <https://gpeaufmt.blogspot.com/p/materiais-e-apoio-pedagogico.html>  
Acesso em: 04 abr. 2024.



# *Emergência Climática e Sustentabilidade*

Déborah Moreira e Regina Silva



foto: Canva

“ A opção pelo ecologismo político é de quem reinventa o ambientalismo para além dos sistemas naturais, rejeita o valor meramente economicista encerrado no conceito de desenvolvimento e acredita que há um campo de conflito que merece ser denunciado nas instâncias do poder. ”

Michèle Sato



## *Bem-vindas(os) ao terceiro módulo do nosso Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental!*

“Quando abro cada manhã a janela do meu quarto  
É como se abrisse o mesmo livro  
Numa página nova...”  
(Mário Quintana)

É com alegria que damos as boas-vindas ao módulo Emergência Climática e Sustentabilidade. Estamos felizes pela oportunidade de estabelecermos diálogos pedagógicos sobre esta temática que é tão relevante, e desejamos contribuir com ampliação de seus conhecimentos durante a trilha formativa.

O módulo foi construído aos moldes de uma casa com diversas janelas (links), que oferecem a vista para diferentes paisagens. A cada click ou leitura de QR, uma nova perspectiva se descortina e abre para novo quadro. Assim, como as janelas são partes essenciais da casa, os links também fazem parte do módulo e são de grande importância para sua jornada formativa.

Ressaltamos que neste percurso dialógico, propomos duas atividades práticas que lhe oportunizarão conectar o saber e o fazer, potencializando reflexões sobre a temática estudada. Deste modo, colocamo-nos à disposição para mediar o aprendizado, aproveite para dialogar, dirimir dúvidas, refletir e colocar a “mão na massa”.

*Professoras Déborah e Regina*



Déborah Moreira Santos possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT). Mestrado em Educação, e Mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade, ambos pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutorado em Educação, pela UFMT. Tem experiência em Educação Ambiental Escolarizada, Educação Ambiental Popular, Justiça Ambiental e Climática, e Etnoecologia. Trabalhou como professora da educação Básica na Rede Estadual de Mato Grosso, e atualmente é professora adjunta do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso.



Regina Aparecida Silva possui Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), mestrado em Educação (UFMT), doutorado em Ciências pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e pós-doutorado em Educação (UFMT). É professora associada da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), atuando no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu). Pesquisa e orienta na área de educação ambiental, educação popular, identidades, culturas e diferenças. Participa do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) e do Grupo de Pesquisa em Educa(ç)ões e Resistências (Kuâra). É coordenadora do GT 22 - Educação Ambiental - da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), regional Centro-Oeste.

# 1. A Era Antropoceno



Os seres humanos, historicamente, se relacionam com o ambiente ao seu entorno, estabelecendo relações com a natureza, que pode ser mais ou menos impactante, dependendo do estilo de vida que cada grupo social estabelece.

A sociedade moderna capitalista com seu modo de vida provoca modificações na dinâmica geológica, química, física, e biológica da Terra. Paul Crutzen (2006), ganhador do Prêmio Nobel em 1995, nominou este período de Era Antropoceno, com a intenção de demarcar e chamar atenção para os desequilíbrios em Gaia (Planeta Terra) causado pelos seres humanos. Para compreender melhor a perspectiva deste autor, você pode acessar o texto Antropoceno, que Crutzen escreveu com Stoermer.



## *Antropoceno*

Para aprofundar seus conhecimentos acesse o *link* ou leia o QR Code:

Mendes, J. Tradução do artigo “The ‘Anthropocene’”, de Paul Crutzen e Eugene Stoermer. *Anthropocena: Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica*, v. 1, p. 113-116, 2020.

<https://beneweb.com.br/resources/Antropoceno%20-%20Paul%20Crutzen%20e%20Eugene%20Stoermer.pdf>



Para facilitar a compreensão, Crutzen didaticamente divide o Antropoceno em três fases:

A primeira compreende o período que vai de 1800 até 1950, caracterizado pelo desenvolvimento industrial marcado pelo consumo exponencial de combustíveis fósseis e pelas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).



Print Collector/Getty Images

A segunda compreende o período conhecido como “grande aceleração”, que vai de 1950 até 2015, marcada pelo demasiado consumo de componentes naturais. Vale destacar que foi neste tempo histórico que o mundo vivenciou a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (Crutzen, 2006). As guerras produzem gigantesco impacto ambiental, consomem volumosas quantidades de produtos naturais, arrasam paisagens, contaminam espécies e matam milhares de seres vivos (Santos, Azambuja, Silva, 2024).



Foto: Regina Silva

A terceira compreende o período após o ano 2015, em que a devastação e os impactos ambientais, decorrentes da 1ª e 2ª fase, desembocam na emergência climática jamais vivenciada. Convidamos você a assistir ao clipe da música *Agrocypther II*, de artistas de Mato Grosso, que retrata cenários os quais contribuem para desembocar na terceira fase do antropoceno.



Foto: Canva



## Músicas

**Agrocypther II** Ahgave | Pacha Ana | DJ Taba (prod. Ahgave) (7'32'')

Para assistir, acesse o *link* ou leia o QR Code:

<https://www.youtube.com/watch?v=QrKzKfJXefl>



Quando refletimos sobre o cenário retratado em *Agrocypther II*, e pensamos um pouco mais sobre as fases do antropoceno, intuímos que não será possível mudar a realidade sem uma mudança radical nos paradigmas desenvolvimentistas e capitalistas. Tal modelo é sustentado em função do alto consumo, que produz exploração da natureza com pouca ou nenhuma preocupação ambiental.



Assim, qualquer mudança tem que necessariamente deslocar o ser humano do centro do mundo, e mudar a ética que os coloca acima de todas as espécies (ética antropocêntrica), de modo a reposicioná-lo como mais um ser que habita o Planeta Terra sem hierarquia, e com a compreensão de que todos os elementos da natureza possuem importância. Para compreender melhor esta proposição, convidamos você para assistir ao vídeo animação sobre o texto de Ailton Krenak.



## Vídeos

### **A Vida Não é Útil | Ailton Krenak (9´)**

Para assistir, acesse o *link* ou leia o QR Code:

<https://www.youtube.com/watch?v=CbkOV6dRUSk>



Cenários como os retratados na animação “A Vida Não é Útil” e no clipe “Agrocypther II” produziram alterações no equilíbrio planetário, que se traduz em fenômenos como alterações nos ciclos biogeoquímicos, perdas da biodiversidade, incêndios florestais, aquecimento da temperatura dos oceanos e da terra, derretimentos das geleiras, secas severas, inundações, e diversas outras transformações que culminaram na emergência climática.

No próximo tópico nos atermos à temática do colapso climático, que pode ser compreendido como produto do antropoceno, mas antes de adentrarmos a este assunto, convidamos você para ouvir o podcast que tem como protagonista o professor da Faculdade de Saúde Pública da USP, Ricardo Abramovay.



## Podcast

### **Antropoceno: o homem vai sobreviver ao homem**

Para assistir acesse o *link*:

[https://open.spotify.com/episode/4dFKDwJdncTAmeMklrZz2Q?si=fD8MQDbtQf-OVmf97Yq\\_A](https://open.spotify.com/episode/4dFKDwJdncTAmeMklrZz2Q?si=fD8MQDbtQf-OVmf97Yq_A)

OBS: O Podcast é interessante e oferece elementos para que se compreenda o contexto do Antropoceno. Contudo, não coadunamos com a linguagem sexista utilizada em seu título, consideramos que a palavra “homem” não representa a diversidade de gêneros existentes na espécie Homo sapiens.



**MUDE O SISTEMA  
NÃO O CLIMA!**

## 2. Colapso climático



foto: Canva

O pesquisador Jason Moore (2016) redefine o conceito de Antropoceno como Capitoloceno, destacando que o colapso ambiental não é um simples resultado das atividades humanas em geral, mas sim consequência de uma estrutura econômica específica: o capitalismo.

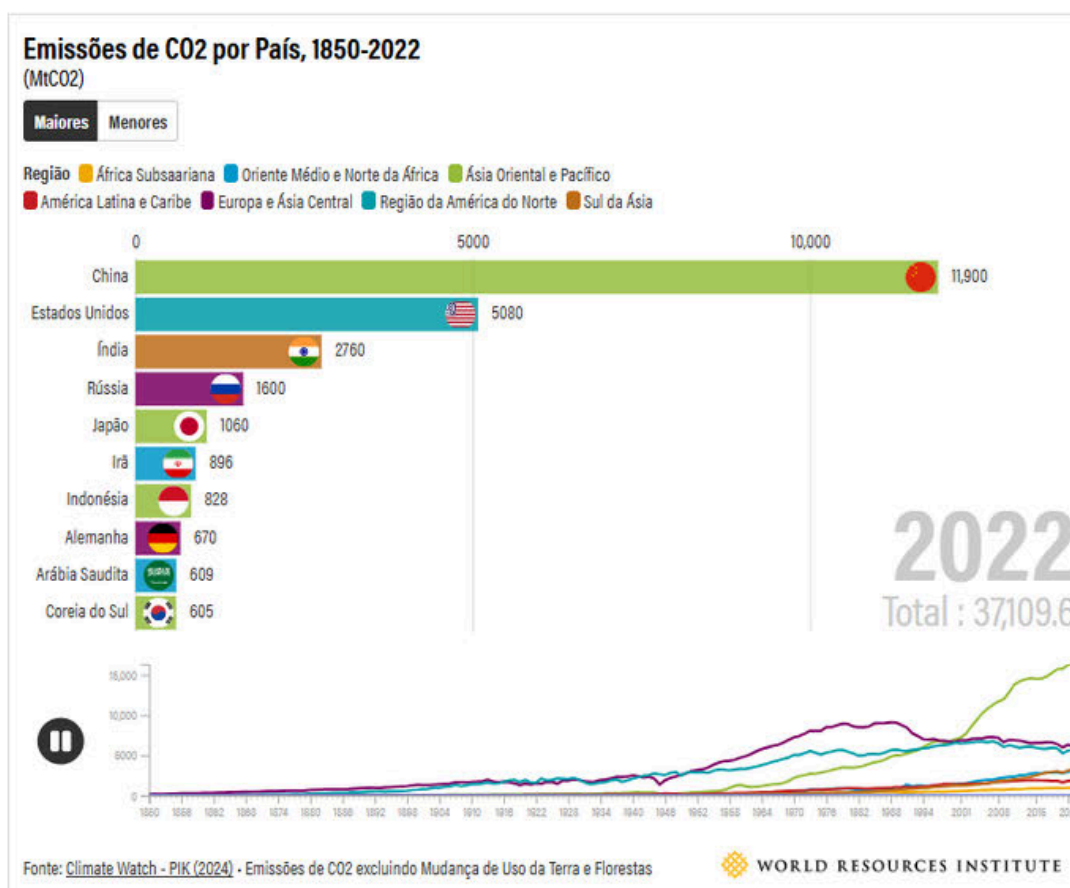
Portanto, o Antropoceno tem sua origem no sistema capitalista que vorazmente se apropria de seres animados e inanimados para transformá-los em capital. No processo de transformação emitem diversos subprodutos que causam desequilíbrios. Alguns destes são os denominados Gases de Efeito Estufa (GEE), que em excesso causam desequilíbrios no regime climático do planeta.

O advento do capitalismo e a manutenção de suas estruturas resultam na contínua emissão de GEE na natureza. Os principais componentes desses gases incluem dióxido de carbono ( $\text{CO}_2$ ), metano ( $\text{CH}_4$ ), óxido nitroso ( $\text{N}_2\text{O}$ ), ozônio ( $\text{O}_3$ ) e clorofluorcarbonos (CFCs). Ao analisar a origem desses elementos, é possível observar o seguinte panorama:

- 🔥 **Dióxido de Carbono** - principal componente dos GEE, cerca de 70% são provenientes do uso de combustíveis fósseis.
- 🔥 **Metano** - segundo componente mais abundante dos GEE, sua emissão é proveniente de três setores: agropecuária (40%), energia (35%), e resíduos (20%).
- 🔥 **Óxido nitroso** - embora represente 6% dos GEE, é aproximadamente 300 vezes mais potente para o aquecimento global do que o dióxido de carbono, três quartos (3/4) de sua emissão é proveniente do uso de fertilizantes sintético para agricultura.

As emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) originadas por atividades humanas são mais altas atualmente do que em qualquer outro período da história. Dados recentes mostram que as emissões globais de CO<sub>2</sub> em 2022 estavam 182 vezes acima do que em 1850, enquanto a revolução industrial acontecia. De acordo com os dados sistematizados na Figura 1, pela *World Resources Institute*, em 2022 a China foi o país que mais emitiu CO<sub>2</sub> para atmosfera, seguida por Estados Unidos, Índia, Rússia e Japão.

*Figura 1 – Países que mais emitiram dióxido de carbono para a atmosfera em 2022*



*Fonte: World Resources Institute, 2022.*

Em 2022, os países que mais emitiram dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) foram:

- 1. China: 26% das emissões globais;**
- 2. Estados Unidos: 13% das emissões globais;**
- 3. Índia: 6,7% das emissões globais;**
- 4. Rússia: 4,5% das emissões globais;**
- 5. Japão: 3,1% das emissões globais.**

Quando analisamos as emissões per capita, os Estados Unidos se destacam com os níveis mais elevados, emitindo em 2022 o dobro da China e oito vezes mais que a Índia. O World Resources Institute disponibiliza uma série histórica das emissões de CO<sub>2</sub>. Para acessar os dados completos, visite a página da organização.



foto: Regina Silva

### **Os países que mais emitiram CO2**

Para conhecer as informações sobre os lançamentos dos GEE acesse o *link* ou leia o QR Code

<https://www.wribrasil.org.br/noticias/os-paises-que-mais-emitiram-gases-de-efeito-estufa#:~:text=As%20emiss%C3%B5es%20de%20di%C3%B3xido%20de, enquanto%20a%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20industrial%20acontecia>



A Global Carbon Project sinaliza que 86% das emissões mundiais de dióxido de carbono provêm da queima de combustíveis fósseis para a produção de materiais e energia, e os 14% restante advêm de desmatamentos e queimadas em função de mudanças no uso do solo.

Embora o Brasil não esteja entre os maiores emissores globais, suas emissões são significativamente influenciadas pelo desmatamento e pelas mudanças no uso da terra. No entanto, o cenário é diferente quando se trata das emissões de metano (CH<sub>4</sub>), em que o país ocupa o quinto lugar no ranking mundial.

Os 12 maiores emissores de metano, juntos, são responsáveis por 2/3 dos lançamentos, são eles: China, Rússia, Índia, Estados Unidos, Brasil, União Europeia, Indonésia, Paquistão, Irã, México, Austrália e Nigéria.

No caso brasileiro, o cenário conecta-se ao fato de o país possuir grandes áreas destinadas a agropecuária. De acordo com Siqueira, Piccolo, Costa Junior (2011), mais de 70 % da emissão de GEE no país, está relacionado com a mudança de uso da terra e a atividade agropecuária.

No que tange a produção de alimentos, de acordo com estudo publicado em 2023, de 21 a 37% das emissões globais de GEE são provenientes dos sistemas alimentares, em 29 anos (1990 a 2019) as emissões aumentaram cerca de 16% (FAO, 2021; IPCC, 2019).





foto: Canva

Este panorama de emissões, oriundo das ações antrópicas e que caracteriza o antropoceno, acarretaram ao longo dos anos alterações no regime climático. Compreendendo a emergência de se discutir e conhecer tal realidade, em 1988 a Organização das Nações Unidas criou o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), órgão ligado ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM).

Para compreender um pouco mais sobre a modernidade, o antropoceno e o trabalho do IPCC, convidamos você para ouvir o podcast com a Alyne Costa, doutora em filosofia e vencedora do Prêmio Capes de Tese, com o trabalho “Cosmopolíticas da Terra: modos de existência e resistência no antropoceno”.



### Podcast

#### **Antropoceno e Colapso ecológico**

Para assistir acesse o *link*:

<https://open.spotify.com/episode/2OpYPJIRNDXrxvqPC9LqpC?si=JOLcHJLhQS-4JjeXBvCydw&t=11>



O objetivo do IPCC é fornecer, por meio de pesquisas e estudos científicos, avaliações sobre o estado das mudanças climáticas aos formuladores de políticas e tomadores de decisão. O painel apresenta um panorama das alterações, identifica os possíveis riscos e indica caminhos para adaptação e mitigação. Convidamos você, caro estudante, para saber mais, a visitar a página do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima.



### Para saber mais

#### **The Intergovernmental Panel on Climate Change**

Para aprofundar seus conhecimentos acesse o *link* ou leia o QR

Code: <https://www.ipcc.ch/>





Os relatórios do IPCC desempenham um papel fundamental ao fornecer bases científicas para que os chefes de Estado orientem suas decisões relacionadas à problemática do colapso climático. Essas informações são essenciais para subsidiar a Conferência das Partes (COP), o órgão supremo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Composta por líderes de diversos países, a COP reúne-se anualmente para realizar acordos e negociações com o objetivo de “frear” o avanço do colapso climático.

Conectado com os objetivos da COP, em 2008 o Governo Federal, sob direção do então presidente Lula, lançou o Plano Nacional sobre Mudança do Clima para incentivar o desenvolvimento e aprimoramento de ações de mitigação no país. O Plano foi estruturado em quatro eixos: Oportunidades de mitigação; Impactos, vulnerabilidades e adaptação; Pesquisa e desenvolvimento; e Educação, capacitação e comunicação. Em seguida, o então Presidente do Brasil instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

Contudo, em função dos poucos avanços no que tange os compromissos estabelecidos nos documentos acima citados, em 2024, o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), principal órgão da governança climática do Brasil, iniciou um novo esforço para atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, conhecido como Plano Clima. Convidamos você para conhecer estes documentos:



**Plano Nacional sobre Mudança do Clima (2008). Leia o QR Code:**



**Política Nacional sobre Mudança do Clima (2009). Leia o QR Code:**



**Plano Clima (2024). Leia o QR Code:**



**Guia de Comunicação Climática** é uma ferramenta prática destinada a comunicadores, jornalistas e influenciadores no Brasil. Ele oferece informações acessíveis sobre mudanças climáticas, Plano Clima, NDCs do Brasil e as negociações internacionais nas COPs. Além de simplificar termos técnicos, o guia fornece dados confiáveis e dicas para abordar temas climáticos com foco em impacto local, soluções e mobilização da sociedade. Acesse a página para mais informações: <https://guia-comunicacao-climatica.com.br/>



Apesar das iniciativas promovidas pela ONU, pouco se avançou no que tange ao cumprimento de metas estabelecidas para, de fato, frear as emissões dos GEE. No Brasil também não houve avanços significativos, apesar de um esforço empreendido durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), houve descontinuidade das ações nos governos posteriores, traduzido em sistemáticas tentativas de desmonte das políticas ambientalistas (Santos, 2022). Porém, muitas atividades significativas vêm sendo desenvolvidas. No próximo tópico conheceremos mais sobre as atividades do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden).



### *Atividade prática*

Caro cursista, após ter realizado a leitura do tema Colapso Climático e acessado os links dos materiais que compõem este tópico, convidamos você para realizar a produção de um texto dissertativo contendo de 15 a 20 linhas, com o tema: Crise Climática, como ela afeta a minha cidade e a minha vida!

## *2.1 O importante trabalho educacional do Cemaden*

A partir de 2008, o Governo Federal passou a empreender algumas ações que demonstraram, ao menos em alguma medida, interesse para diminuir as emissões brasileiras de GEE e estabelecer estratégias para mitigação dos impactos decorrentes das alterações climáticas. Destacamos aqui, a importante medida da decisão presidencial, realizada pela então Presidenta Dilma Rousseff, referente a criação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), órgão que opera 24 horas e que realiza o monitoramento e emite alertas de desastres naturais, com foco a salvaguardar vidas e diminuir a vulnerabilidade social, ambiental e econômica decorrente desses eventos (Cemaden, S/A). Convidamos você, para conhecer o trabalho do Cemaden por meio de vídeo a seguir.



### *Vídeos*

#### **Cemaden Institucional:**

Para assistir acesse o *link* ou leia o QR Code:

<https://www.youtube.com/watch?v=7akywU6QiSo&t=30s>



Este órgão, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), adota uma estrutura técnico-científica especializada, e tem por missão monitorar as condições adversas que têm o potencial de causar desastres naturais que oferecem riscos à vida humana.

No que tange à problemática dos desastres naturais na perspectiva do Cemaden, é preciso considerar algumas dimensões fundamentais: vulnerabilidade social, capacidade de proteção, conhecimento do risco, educação. São nestas quatro dimensões que este órgão vem trabalhando. Chamamos atenção para importante trabalho educativo que o Centro vem desenvolvendo desde 2014, por meio do Programa Cemaden Educação – que tem entre seus objetivos “contribuir para a geração de uma cultura da percepção e prevenção de riscos de desastres”, além de colaborar para a construção de sociedades sustentáveis e resilientes.

Para alcançar os objetivos de dimensão educativa, o Centro aposta na “promoção e difusão científica, no desenvolvimento de estratégias educacionais de pesquisa-ação, comunicação e mobilização para a gestão de risco e redução de vulnerabilidades a desastres.” (Cemaden, s/d). A educadora ambiental e coordenadora do Programa Cemaden Educação, Dra. Rachel Trajber, explica o modo pelo qual o Programa tem chegado nos territórios do Brasil, para conhecer um pouco mais sobre essa iniciativa, assista ao vídeo a seguir.



## Vídeos

### **Ações do Programa Cemaden Educação**

Para assistir acesse o *link* ou leia o QR:

<https://www.youtube.com/watch?v=IC1pn4fA8WE&t=30s>



Desde 2016, o Cemaden Educação tem lançado anualmente a Campanha Aprender para Prevenir, que se constitui como um processo de mobilização, chamando atenção da sociedade e comunidades escolares para refletirem sobre desastres socioambientais. E incentiva a pensar possibilidades de atuação diante destes cenários.

Além da Campanha, na página do projeto há um rico cardápio de possibilidades pedagógicas que o/a educador/a dispõe para trabalhar educação ambiental voltada para a temática dos riscos e desastres. Convidamos você para acessar a página do Programa Cemaden Educação e saborear as opções que vão desde livros a podcast, jogos, jornadas pedagógicas (sequências didáticas), e diversas outras opções.



## Para saber mais

### **Cemaden Educação**

Para aprofundar seus conhecimentos acesse o *link* ou leia o QR:

<https://educacao.cemaden.gov.br/formato/nossas-publicacoes/>



### *3. Justiça Ambiental e Climática*



foto: Canva

*A injustiça vai por aí com passe firme.  
Os tiranos se organizam para dez mil anos.  
O poder assevera: Assim como é deve continuar a ser.  
Nenhuma voz senão a voz dos dominantes.  
E nos mercados a espoliação fala alto: agora é minha vez.  
Já entre os súditos muitos dizem:  
O que queremos, nunca alcançaremos,  
Quem ainda está vivo, nunca diga: nunca!  
O mais firme não é firme.  
Assim como é não ficará.  
Depois que os dominantes tiverem falado  
Falarão os dominados.  
Quem ousa dizer: nunca?  
A quem se deve a duração da tirania? A nós.  
A quem sua derrubada? Também a nós.  
Quem será esmagado, que se levante!  
Quem está perdido, que lute!  
Quem se apercebeu de sua situação, como poderá ser detido?  
Os vencidos de hoje serão os vencedores de amanhã.  
De nunca sairá: ainda hoje.*

*(Elogio da dialética, Bertolt Brech)*

As alterações no equilíbrio do planeta geram consequências ambientais e sociais. Historicamente, em função das desigualdades sociais, alguns grupos sofrem maiores consequências dos danos causados à Terra do que outros, mesmo contribuindo pouco para o colapso ambiental. Destarte, não podemos perder de vista que o colapso ambiental tem profunda relação com o sistema capitalista, que é impulsionado pela exploração da natureza e pelas altas taxas de consumo.

De acordo com os dados da Oxfam (2023), 1% da parcela mais rica do mundo obteve quase 2/3 de toda riqueza gerada desde 2020, o que significa possuir seis vezes mais dinheiro que 90% da população global (7 bilhões de pessoas). Na década passada, a mesma parcela (1%), ficou com cerca de metade de toda riqueza produzida. Tais dados permitiram concluir que a riqueza extrema e a pobreza extrema cresceram simultaneamente. Para compreender melhor este cenário, acesse o Relatório da Oxfam 2023.



*Para saber mais*

#### **A “sobrevivência” do mais rico**

Para aprofundar seus conhecimentos acesse o *link* ou leia o QR Code:  
[https://ihu.unisinos.br/images/ihu/2023/01/relatorio\\_oxfam\\_davos\\_2023.pdf](https://ihu.unisinos.br/images/ihu/2023/01/relatorio_oxfam_davos_2023.pdf)



Ao analisar essa realidade, percebe-se que, embora as populações em situação de vulnerabilidade sejam as que menos contribuem para o colapso ambiental, são elas as que mais sofrem com suas consequências. Esse cenário evidencia o que diversos autores têm denominado de injustiça ambiental, caracterizada pela desigualdade na distribuição dos impactos socioambientais.

A concepção de Justiça Ambiental surge na década de 80, no seio do movimento negro norte-americano, e nasce no contexto das lutas por direitos civis para a população preta por lutas ambientalistas. Entre as pautas do movimento à época, estava a denúncia de instalação de indústrias poluentes e depósito de lixo tóxico em bairros ocupados por populações em condição de vulnerabilidade, que em sua maioria não eram brancas (Acserald, 2010).



E justamente por considerar a necessidade de “[...] tratamento justo e ao envolvimento pleno de todos os grupos sociais, independentemente de sua origem ou renda, nas decisões sobre o acesso, ocupação e uso dos bens naturais em seus territórios” (Porto; Pacheco; Leroy, 2013, p.1), que nasceu a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), lançada oficialmente em 2002 no II Fórum Social Mundial em Porto Alegre, sendo resultado do Colóquio Internacional sobre Justiça ambiental, Trabalho e Cidadania, realizado em Niterói (2001) pela Universidade Federal Fluminense. Conheça mais sobre o trabalho da RBJA acessando o site.



#### **Rede Brasileira de Justiça Ambiental**

Para aprofundar seus conhecimentos acesse o *link* ou leia o QR Code: <https://rbja.org/>



A RBJA nasce pautada no entendimento de que a Justiça Ambiental tem por princípios assegurar que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo (Acsegrad, 2004), e seu trabalho é extremamente importante por envolver um grande coletivo com intuito de dar centralidade às injustiças ambientais vivenciadas por grupos em condições de vulnerabilidade.

É importante destacar que o *modus operandi* do sistema capitalista gera impactos ambientais que resultam em uma série de conflitos socioambientais. Nesse sentido, Jaber Silva (2012, p. III) ressalta que isso ocorre justamente por ser “[...] assentado na exploração da força de trabalho e no desrespeito aos diferentes modos de produção de vida, é que se constitui a força motriz dos conflitos socioambientais [...]”.

Tais conflitos emergem quando diferentes grupos sociais, em função dos diferentes modos de apropriação e significação entram em disputas material e/ou simbólica, devido ao fato de pelo menos um dos grupos terem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolve ameaçadas por impactos indesejáveis (Acsegrad, 2004, p.26). No Brasil a injustiça



foto: Regina Silva

está diretamente relacionada à enorme concentração de poder na apropriação dos bens ambientais que caracteriza a história do país.

Com objetivo de oferecer um panorama dos conflitos socioambientais que emergem da desigualdade ambiental, o Grupo Pesquisador e Educação Ambiental Comunicação e Arte (GPEA), realizou o mapeamento participativo dos conflitos no estado de Mato Grosso, que foi defendido na tese de doutoramento da pesquisadora Michelle Jaber Silva, em 2012. Os resultados deste trabalho estão disponíveis na plataforma Mapa Social MT.



### **Mapa Social MT**

Para conhecer o projeto acesse o *link* ou leia o QR Code:  
<http://www.mapasocialmt.org.br/>



### **Mapeamento dos conflitos socioambientais de Mato Grosso: escala de resistência e ritmos de esperanças.**

Para conhecer o mapeamento leia o QR Code.



O caderno "Mapa de Conflitos Socioambientais" organizado Michelle Jaber-Silva e Michèle Sato destaca os principais conflitos socioambientais mapeados no Estado do Mato Grosso. A obra aborda questões relacionadas à disputa por terras, impactos do desmatamento, exploração de bens naturais e a luta de povos e comunidades pela manutenção de seus modos de vida. Além de identificar os conflitos, o material promove reflexões sobre a relação entre educação ambiental e justiça ambiental, além da necessidade de políticas públicas inclusivas.

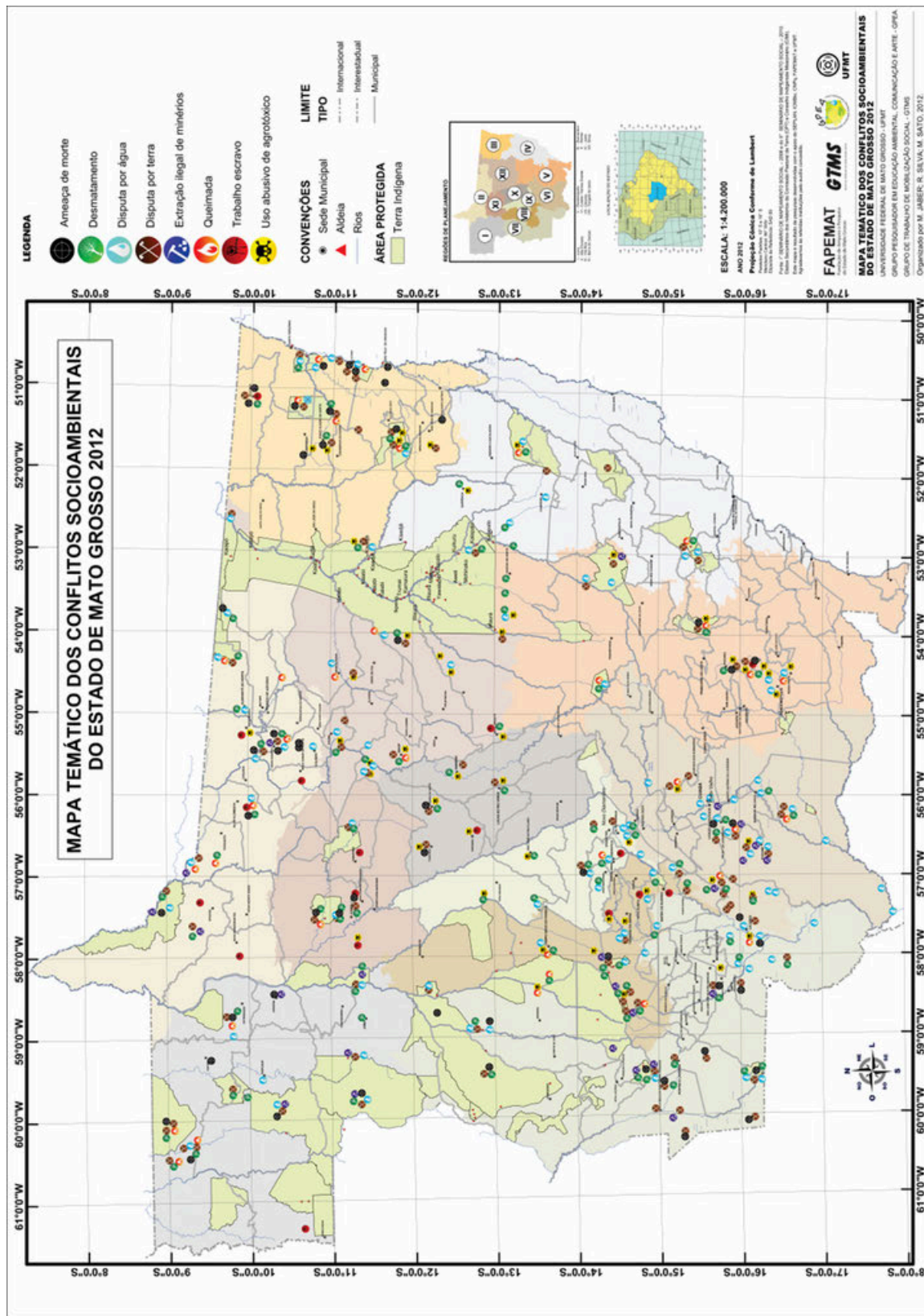
Neste trabalho, foram identificados 194 pontos de ocorrência de conflitos, com mais de 300 causas propulsoras, além de locais em que existem ameaças de morte e trabalho escravo. As principais forças propulsoras causadoras de conflitos foram: disputa por terra, disputa por água, desmatamentos, queimadas e usos abusivos de agrotóxicos.

Embora, o mapa ofereça uma amostra dos conflitos vivenciados pelos grupos sociais de Mato Grosso, é importante destacar que ele se constitui como um retrato que oferece pistas de uma realidade muito mais complexa do ponto de vista de injustiça ambiental e conflitos socioambientais no Brasil.

*“É preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é, se queremos transformá-lo”.*

*Antônio Gramsci*

*Figura 02 - Mapa temático dos conflitos socioambientais de MT*



### 3.1 Justiça climática



foto: Canva

A justiça climática nasce como um desdobramento do movimento por justiça ambiental, pautada na luta por direitos humanos e equidade no que tange aos danos e agravos que são frutos do colapso climático, envolve ações de mitigação e adaptação com intuito de impedir ainda mais o agravamento das desigualdades nos cenários de emergência climática (Sato; Dalla-Nora, 2021).

Os grupos em condições de vulnerabilidade são os que mais sofrem as consequências das alterações no regime climático, e os que possuem menor capacidade de resposta diante de eventos extremos. A precariedade nas condições materiais possui relação direta com a capacidade de responderem diante dos riscos. Podemos refletir sobre a capacidade de diferentes grupos responderem às consequências do colapso climático por meio da imagem abaixo (Figura 2).

*Figura 2 - Paraisópolis e prédio de luxo do Morumbi, São Paulo*



foto: Tuca Vieira

A partir da imagem, podemos refletir sobre a capacidade de resposta dos habitantes do Morumbi e de Paraisópolis frente a desafios como ondas de calor extremo, alagamentos, baixa umidade do ar e o aumento no preço de alimentos devido a perdas na produção. Um exemplo recente é o Rio Grande do Sul, responsável por 70% da produção do arroz brasileiro, que sofreu perdas causadas por chuvas intensas. É evidente que a população de Paraisópolis, devido às suas condições socioeconômicas, será mais afetada, possuindo menor capacidade de resposta frente a esses eventos. Tal situação também é verificada nas duas realidades retratadas na colagem da imagem 1.

*Figura 03- Complexo da Maré no Rio de Janeiro e Condomínio Terras de São José, Iti-SP*



O território da Maré é o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro (3.000.000 m<sup>2</sup>), com população maior do que a de 96% dos municípios brasileiros. São cerca de 139.073 habitantes, que residem em 38.273 domicílios. (Fonte: Redes da Maré)

O Terras de São José 2 fica localizado em Ituí, a 55 minutos. São 5.000.000 de m<sup>2</sup> (160 residências)<sup>2</sup> equivalentes a 3 Parques do Ibirapuera. Possui uma infraestrutura planejada e conscientização sustentável, com reuso de águas, fibra ótica e cabeamento subterrâneo. (Fonte: <https://www.terrasdesaojose2.com.br/>)

À medida que comparamos distintas realidades, fica cada vez mais evidente que é necessário um plano de enfrentamento à situação de Emergência Climática que contemple as especificidades de diferentes grupos sociais que historicamente são os mais atingidos. Podemos citar alguns exemplos: quilombolas, indígenas, pequenos/as agricultores/as, assentados, ribeirinhos, caiçaras, os diversos povos das florestas e das águas, pessoas em situação de rua e populações das periferias. Para compreender um pouco mais como os diferentes grupos são afetados por situações extremas, convidamos você para conhecer a obra: “Os condenados da pandemia”, organizado pela educadora ambiental e artista Michèle Sato.



### **Os Condenados da Pandemia**

Para aprofundar seus conhecimentos.

acesse o *link* ou leia o QR Code:

<https://editorasustentavel.com.br/os-condenados-da-pandemia/>



O livro oferece um breve panorama de 22 grupos sociais em situação de vulnerabilidade, denunciando que há um falso discurso sobre a “democracia” do coronavírus, na afirmação de que é um vírus que atinge todos, sem distinção de classes. É um erro porque se o contágio for universal, as mortes são localizadas. Na cartografia das desigualdades, a Covid-19 mata principalmente os que habitam a geografia da fome.

Como se observa no livro, diversos grupos sofrem com injustiças ambientais e climáticas. Nesse contexto, devido às alterações na dinâmica climática e à necessidade de debater o tema, pesquisadores comprometidos com a justiça climática fundaram, em 2016, a Rede Internacional de Pesquisa em Educação Ambiental e Justiça Climática (REAJA). Idealizada pela professora Dra. Michèle Sato, a rede conta com a participação de 23 instituições de 5 países (Brasil, México, Cuba, Portugal e Espanha), sendo 16 universidades, quatro ONGs e três órgãos governamentais (Sato, 2021). Convidamos você para conhecer um pouco mais sobre o trabalho da REAJA.



*Para saber mais*

#### **REAJA**

Para aprofundar seus conhecimentos acesse o *link* ou leia o QR Code:  
[https://gpeaufmt.blogspot.com/p/reaja\\_31.html](https://gpeaufmt.blogspot.com/p/reaja_31.html)



Diante da complexidade do desafio climático, a REAJA tem atuado de forma rizomática por meio dos eixos: formação, comunicação, políticas públicas e pesquisa, promovendo a articulação entre justiça climática e educação ambiental. Seus objetivos incluem a criação de uma frente de resistência contra modelos colonizadores responsáveis pela emissão de GEE, além de lutar pela inclusão de grupos sociais vulneráveis. A rede também busca influenciar a formulação de políticas públicas e contribuir para a construção de sociedades mais sustentáveis.

*"A crise climática é a maior ameaça à existência da humanidade e precisamos tratá-la como tal"*

*Greta Thunberg*

## 3.2 Sustentabilidade



foto: Canva

Diante de tamanho desafio ambiental, talvez você possa estar se perguntando qual os caminhos para mudar a realidade. Diversos são os esforços empreendidos por pesquisadores, militantes e educadores/as ambientais do mundo todo, apontando direções possíveis para alcançar a almejada sustentabilidade planetária.

Demarcamos a opção pela sustentabilidade, ampliando o que foi proposto com o termo desenvolvimento sustentável (DS), que se propõe como modelo pautado no equilíbrio entre a tríade: desenvolvimento econômico, de modo a satisfazer as necessidades; social, pautado no equilíbrio ecológico. Desde a gênese, a proposta de DS tem se mostrado ineficaz para dar conta dos desafios ecológicos que a humanidade criou.

Tal modelo não abarca outras dimensões fundamentais da relação ser humano-natureza, e, portanto, não serve como parâmetro para pensar a perspectiva de desenvolvimento partindo de culturas não hegemônicas. Por exemplo, ao construir uma barragem em território Indígena, os empreendedores e o órgão responsável pelo licenciamento dificilmente irão pensar sobre a dimensão da sacralidade de tal rio. Para compreender melhor a perspectiva da sustentabilidade, em contraponto ao desenvolvimento sustentável, convidamos você para ler o artigo: “Em Busca de Sociedades Sustentáveis”.



Artigo de Michèle Sato - Em busca de Sociedades Sustentáveis.

Acesse o *link* ou leia o QR Code:

[https://drive.google.com/file/d/ITj6\\_AxYIQ1koCVe01aOnfuLaf3JA3ItT/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/ITj6_AxYIQ1koCVe01aOnfuLaf3JA3ItT/view?usp=sharing)



A partir da leitura de Sato (2008), compreendemos que o conceito de sustentabilidade e de **SociedadeS Sustentáveis** (no plural) é mais adequado para contemplar a diversidade de grupos e culturas existentes no planeta.

*Acreditamos na possibilidade de construir outros mundos por meio de processos educativos que valorizem e respeitem as diferentes culturas, tendo como princípios a sustentabilidade, a justiça ambiental e a justiça climática.*



### *Atividade prática*



Caro cursista, após ter realizado a leitura do tema Colapso Climático e acessado os links dos materiais que compõem este tópico, convidamos você para um mapeamento dos problemas socioambientais de seu território (Cidade, Bairro ou Comunidade). Caso deseje, poderá desenvolver esta atividade com uma turma ou um grupo de estudantes da escola ou outra instituição que você atua.

Para isso, oferecemos algumas questões orientadoras que facilitarão o seu desenvolvimento.

1. Nome da Cidade, Bairro ou Comunidade que você escolheu para mapear os impactos socioambientais.
2. Você observa impactos/problemas ambientais no seu território?
3. Esses impactos/problemas geram conflitos? Quais grupos estão envolvidos?
4. Há violência declarada? Quais tipos de violência? Tem ameaça de morte?
5. Como a população tem enfrentado esses conflitos?
6. Qual é a maior força da sua comunidade para enfrentar os conflitos socioambientais? E qual a maior dificuldade?
7. Com quem vocês podem contar na luta pela melhoria das condições ambientais?
8. A escola da cidade do bairro ou da comunidade ajuda nesta luta? De que maneira?

Ao finalizar a atividade, elabore um relatório final e poste no AVA, é importante que inclua as fotos de registros das atividades.

### *Referência bibliográfica*

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das Lutas Sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**. 24 (68), 2010.

ACSELRAD, Henri. (Org). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BRASIL. **A Política Nacional sobre Mudança do Clima** (PNMC). Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm)

BRASIL. **Plano Nacional sobre Mudança do Clima** – PNMC. Brasília, DF: 2008. Disponível em: [https://antigo.mma.gov.br/estruturas/smcq\\_climaticas/arquivos/plano\\_nacional\\_mudanca\\_clima.pdf](https://antigo.mma.gov.br/estruturas/smcq_climaticas/arquivos/plano_nacional_mudanca_clima.pdf)

CEMADEN (SD). **Centro nacional de monitoramento e alertas de desastres naturais** - <http://www.cemaden.gov.br/apresentacao>

CRUTZEN, Paul J. The “anthropocene”. In: **Earth system science in the anthropocene**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2006.

FAO - Food and Agriculture Organization. Methods for Estimating Greenhouse Gas - Emissions from Food Systems - Part III: **Energy Use in Fertilizer Manufacturing, Food Processing, Packaging, Retail and Household Consumption**. Food and Agriculture Organization (FAO). Roma, p. 71. 2021.

IPCC. **Climate Change and Land**: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems: food security. 2019. Disponível em: [https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2022/11/SRCCL\\_Chapter\\_5.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2022/11/SRCCL_Chapter_5.pdf).

JABER-SILVA, Michelle; SATO, Michèle. **Mapeamento dos conflitos socioambientais de Mato Grosso**: escala de resistência. Cuiabá: EDUFMT, 2012.

JABER-SILVA, Michelle. **O mapeamento dos conflitos socioambientais de Mato Grosso**: denunciando injustiças ambientais e anunciando táticas de resistência. 2012. 253 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

SANTOS, Déborah Moreira. **A denúncia da guerra híbrida no anúncio da educação ambiental**. 2022. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, 2022.

SANTOS, Déborah Moreira; AZAMBUJA, Katiуска; SILVA, Regina Aparecida. As Guerras e os seus impactos sobre o Ambiente. **Anais do Seminário de Educação**. Cuiabá-MT: 2024.

SATO, Michèle. **REAJA**. Sem Data. Disponível em: [https://gpeaufmt.blogspot.com/p/reja\\_31.html](https://gpeaufmt.blogspot.com/p/reja_31.html).

SATO, Michèle e DALLA NORA, Giseli. **Turbilhão de Ventanias e Farrapos**: Entre Brisas e Esperanças. Cuiabá: Editora Sustentável, 2021.

SIQUEIRA NETO, Marcos; PICCOLO, Marisa de Cássia; COSTA JUNIOR, Ciniro. Emissão de gases do efeito estufa em diferentes usos da terra no bioma Cerrado. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 35, n. 1, p. 63–76, 2011.

# MÓDULO 04

## *Educomunicação, Participação social e Protagonismo Juvenil*

Herman Hudson de Oliveira



foto: Freepik

🗨️🗨️ *O povo sabe o que quer  
Mas o povo também quer o que não sabe  
O povo sabe o que quer  
Mas o povo também quer o que não sabe* 🗨️🗨️

Rep - Gilberto Gil

## *Bem-vindas(os) ao quarto módulo do nosso Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental!*

Bem-vindo/a/e ao último módulo deste belo trajeto em Educação Ambiental! Nas próximas páginas você encontrará elementos que esperamos que sejam provocadores de reflexões sobre as pessoas com as quais você trabalha, sejam elas seus colegas e, claro, seus/suas estudantes. Na primeira parte, uma visão sobre como a linha de Educação Ambiental crítica e pós-crítica que podem oferecer instrumentos, indicar caminhos de engajamento que permitam às juventudes participação das tomadas de decisões de maneira cidadã: A Educomunicação é um caminho.

Nesse ponto, cremos ser por demais importante observarmos como os jovens são capazes de construir suas identidades a partir das (re)existências, um jogo de palavras que será explorado na segunda parte. Assim, no contexto de Emergências Climáticas, a exemplo de muitos jovens pelo mundo, o exercício desse protagonismo a partir de núcleos formativos e formadores (movimentos sociais) são, ou têm, potencial de constituir possibilidades de sustentabilidade socioambiental e exercício de protagonismo. Ops... então, meio sem querer, acabamos de passar pela terceira parte de nosso módulo.

*Há-braços*

*Professor Herman*



Mestre e doutor em Educação, pesquisador na área de Educação Ambiental, com foco na interface entre cultura e natureza, também é membro do Instituto Caracol e secretário executivo do Formad. Busca agrupar movimentos sociais que atuam na área de justiça socioambiental.

# 1. Educação Ambiental e Educomunicação



foto: Canva

A comunicação tem um papel importante nos processos de construção e constituição da Educação Ambiental, tanto que está prevista na Lei 9.795/1999 (lembra do Módulo I?). No entanto, o campo normativo, principalmente quando expresso no direito positivado, ou seja, aquilo que está escrito em forma de lei, não consegue abarcar toda a dinâmica do mundo, da vida.

## Para saber mais

Há diferenças entre norma e direito positivado. Enquanto a primeira pode estar no nível do acordo tácito, silencioso, o segundo está expresso e impresso no conjunto de leis. Encontramos essas ideias em Durkheim (1999), Peter Berger e Thomas Luckmann (1985) e outros autores.

## Músicas

Ouçá a canção “Intro: é necessário voltar ao começo” (2010) do rapper brasileiro Emicida, e busque na letra o trecho onde você pensa que seja possível identificar essa diferenciação.

Para ouvir, acesse o *link* ou leia o QR Code:

<https://www.youtube.com/watch?v=QrKzKfJJXefl>



## *Mas o que isso tem a ver com Educomunicação?*

Primeiramente, a dita lei, também conhecida como Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estabelece que os meios de comunicação de massa são OS responsáveis por disseminar e incluir na programação a Educação Ambiental. Vale um olhar sobre o que diz a PNEA [grifos nossos]:

Art. 3º - ...

IV - **Aos meios de comunicação de massa**, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

[...]

Art. 13. Entendem-se por **educação ambiental não-formal** as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - A difusão, por intermédio dos **meios de comunicação de massa**, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;



A rigor, isso significa que toda a produção em Educação Ambiental “não-formal” passará por uma série de etapas para chegar ao produto (final?) e que, a princípio, seguirá, para efeito de produção de mídia de massa, sete etapas: Desenho inicial; Planejamento e Pré-produção; Produção; Edição e Pós-produção; Revisão e Aprovação; Ajustes finais e Distribuição; e Monitoramento e *Feedback*.

Obviamente que este processo envolve muitos profissionais de diversas áreas em cada uma das etapas, mas... é preciso também considerar que o resultado obedecerá a linha editorial da emissora. Principalmente porque, a etapa onde as consultorias especializadas constroem o conteúdo é a Pré-produção! Incrível, não é mesmo? Portanto, vejam como as coisas se encaixam: temos um campo normativo afirmando a importância da comunicação, mas também dizendo como e onde ela será importante. Vale dizer que não estamos debatendo o mérito da Comunicação na ou para a Educação Ambiental através dos veículos de massa. Estamos provocando a reflexão para o COMO ISSO ACONTECE.



## Consulte na internet

Algumas etapas de produção de conteúdo de comunicação podem ser utilizadas na produção de material de Educomunicação. Por quê? Porque a construção a partir de um método pode propiciar a organização do trabalho e a melhoria do resultado. Pesquise diferentes formatos desta produção de conteúdo de comunicação.

### Então, vejamos...

Se levarmos em conta outro documento – este, sim, construído a muitas mãos pela sociedade civil –, poderemos encontrar formas diferentes de entender a construção da comunicação, desta vez entrelaçada, orgânica, horizontal e democrática. A título de exemplo e comparação, vamos ler um trecho desse documento chamado (tomem fôlego porque o título é longo) “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”:

#### Princípio 2:

A educação ambiental requer **a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade.**

A comunicação é um direito inalienável e os **meios de comunicação de massa** devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, **não somente disseminando informações** em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.

Garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para preservação e conservação de recursos naturais, apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações.



## Vídeos

Visite o blog da Remtea e passeie pelos conteúdos. E, claro, leia o Tratado de EA <https://remtea.blogspot.com/p/tratado-de-ea.html>  
[https://youtu.be/xe\\_LNLntVCE?si=Pg0iATcsLkwp9wuU](https://youtu.be/xe_LNLntVCE?si=Pg0iATcsLkwp9wuU)



Texto



Vídeo

### Perceberam a diferença?

Pois bem, num passado não muito distante, mais ou menos uns 20 anos (enfim, dependendo da idade de quem lê... é bem distante 😊), o professor Ismar Soares (2000), baseado nos postulados de Paulo Freire, propôs um tipo de construção de comunicação que estivesse entrelaçada à educação. Entre outras coisas, isso significa repensar a comunicação COM o sujeito e não PARA o sujeito e, para isso, se ressignifica a comunicação a partir da realidade concreta pela perspectiva de quem a vive. Daí a importância de uma democratização não apenas de acesso, mas principalmente de construção, e isso nos levará ao próximo tópico...



## 2. Participação social e (re)existências



### *O primeiro nó...*

Como dito, os processos de participação social, na perspectiva democrática moderna, são fenômenos recentes e que ainda carecem de muitos avanços. Bom, essa é uma forma bastante sintética de apresentar o problema (problema?) da participação social, dos elementos modernos do exercício de cidadania e, num salto bastante ousado, discutir as (re)existências. Eita, agora me dei conta de que isso ficou muito hermético, então, será preciso dar alguns passos atrás e desatar alguns desses nós apresentados nesse parágrafo.

Pensar em democracia e participação parece redundante, principalmente se o foco se der sobre Estado, eleições, representação e todo o campo político partidário, mas será que esses mecanismos e estruturas dão conta da participação e do fortalecimento da democracia? Para nós parece óbvio que não, e por um motivo muito simples: não se trata de democracia participativa e, sim, meramente representativa. Portanto, podemos avançar um pouquinho no desate desse nó.



Para teóricas como Carole Pateman (1992), a democracia liberal se estrutura a partir da submissão de uma parcela considerável da sociedade ou população por grupos que detém poder. Isso restringe o campo e o próprio núcleo da participação ao processo eleitoral a cada dois anos, mas também a um sistema de opressão e manutenção de obediência e passividade, notadamente nas relações de trabalho.

## Para saber mais

A peça de teatro **“Revolução na América do Sul”** (1960) escrita por Augusto Boal representa satiricamente o funcionamento do processo eleitoral no Brasil.

Acesse o *link* ou leia o QR Code

<https://augustoboal.com.br/especiais/revolucao-na-america-do-sul/>



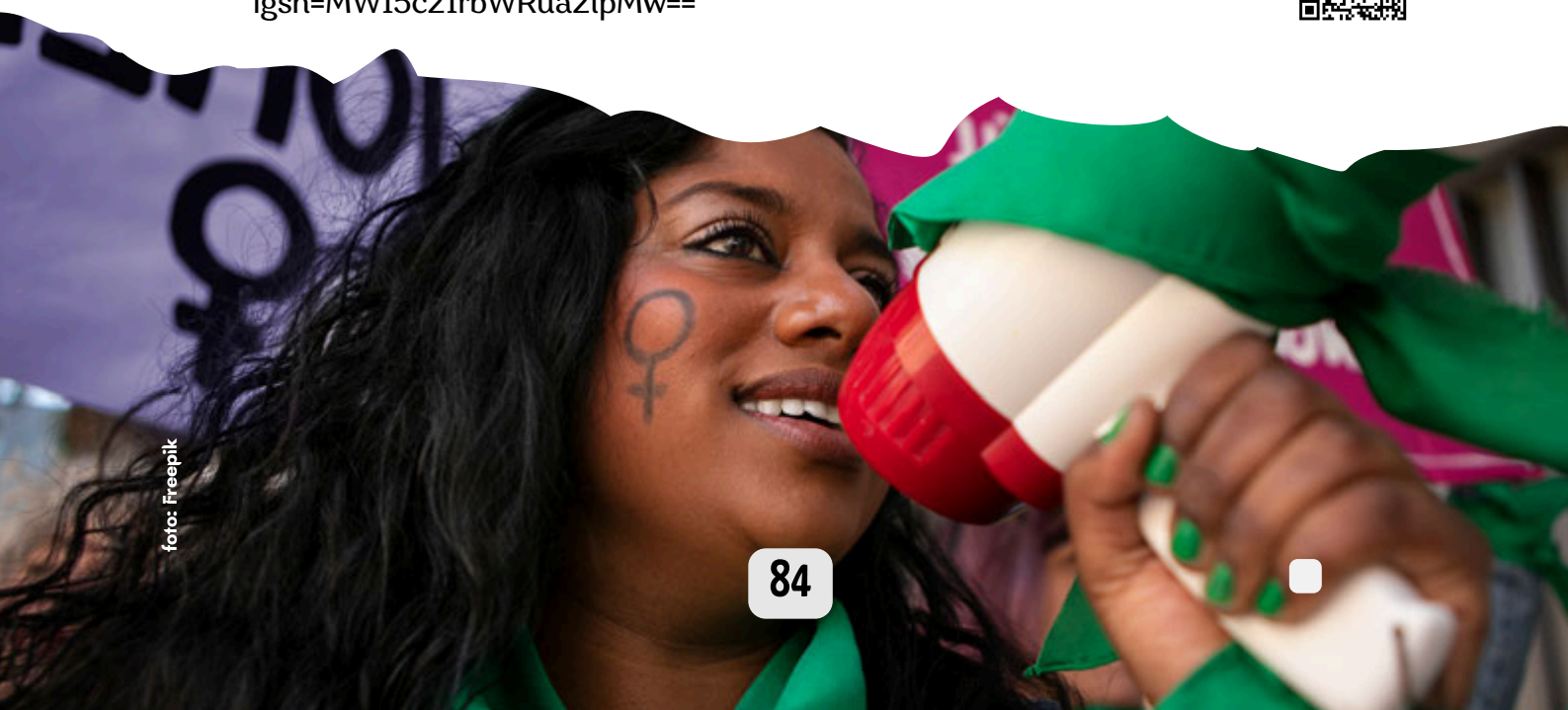
Classicamente há uma dicotomia no seio das sociedades modernas que cinde democracia e totalitarismo. “Uau! Nossa, que novidade estamos trazendo!”, pode-se dizer com certo grau de ironia, mas... vamos explorar um pouquinho mais esse pequeno nó dentro do nó maior. Paradoxalmente, para as teorias clássicas, reforçadas pelos fenômenos que levaram à 2ª Guerra Mundial, o surgimento dos estados totalitários e fascistas se deve em grande parte, segundo essas teorias, à participação das massas. Portanto, ironicamente, a palavra participação esteve, contrariamente ao que supúnhamos, e em dado momento, vinculada mais ao totalitarismo do que à democracia. Isso, sempre segundo esses teóricos.

## Consulte na internet

Pesquise sobre o processo eleitoral norte-americano, em relação à democracia representativa e eleições, seu sistema de votação representa de maneira cabal a discussão. Thiago Ávilla tem algo a dizer sobre isso e de maneira bastante compreensível.

Acesse o *link* ou leia o QR Code

[https://www.instagram.com/reel/DB\\_PBfNxKop/?igsh=MW15c21rbWRua2lpMw==](https://www.instagram.com/reel/DB_PBfNxKop/?igsh=MW15c21rbWRua2lpMw==)



## Para saber mais

Entre os autores que estudaram as sociedades democráticas estão o pensador italiano Gaetano Mosca (1986) e Robert Michels (1982), sociólogo alemão radicado na Itália. Do primeiro, deriva a ideia de direção estatal por uma elite, ainda que com possibilidade de criação de instituições representativas. Do segundo, a “Lei de Ferro da Oligarquia” d’onde se pode inferir que organização e democracia não podem coexistir. Vale lembrar que a democracia grega não era um sistema ou regime político exercido pela participação popular, mas por grupos oriundos da elite.

Existem outros autores como Schumpeter (1984) e Berelson (1954) que também estabelecem um conjunto de fatores “ideais” que devem concorrer para que a democracia se consolide para cumprir objetivos ou funções. Todavia, não será produtivo para nós nos debruçarmos profundamente sobre essa perspectiva, mas focarmos numa característica interessante: para Berelson (1954) o fato de uma parcela minoritária da sociedade se interessar e participar das decisões contrariamente ao interesse da ampla maioria é o fator que cria estabilidade política numa democracia.

Ficou claro que, de certa forma, esses teóricos se encontram e concordam que a democracia não é um sistema da maioria? Sendo assim, até certo ponto, se explica o esforço exercido no sentido de restringir a participação ampla da sociedade na tomada de decisões e no exercício direto das decisões democráticas. Além disso, o sistema eleitoral, disfarçado de “grande festa da democracia”, é tão somente um método, embora a grande mídia apregoe que é nela que reside o exercício democrático e a própria cidadania.

## Músicas

Ouçá a canção do Gilberto Gil “Rep” (1998) e tente encontrar o quanto dessa “teoria contemporânea da democracia” é traduzida no refrão.

Acesse o *link* ou leia o QR Code  
[https://youtu.be/fDGxNXcCxys?  
si=gNhmXqWJHVGtGeOO](https://youtu.be/fDGxNXcCxys?si=gNhmXqWJHVGtGeOO)





foto: Freepik

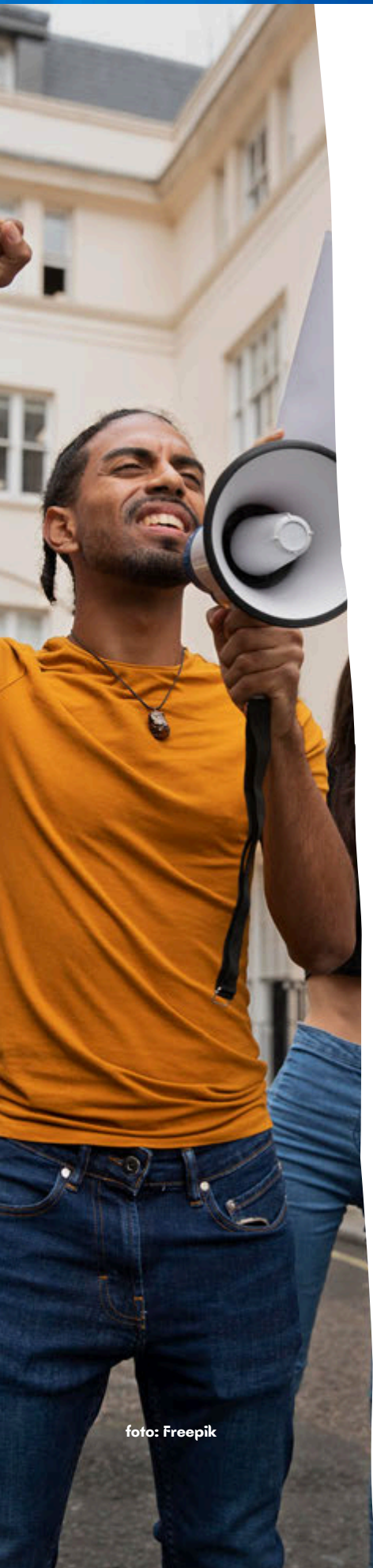
*Percebe como os contornos de democracia e cidadania, mas também da educomunicação, vão se encontrando? Acredita que, de igual maneira, a “democratização” da comunicação também obedece à lógica da participação, ou seja, não se pode democratizar demais? Agora pasmem: acreditam que a Revolução Industrial atingiu tantas dimensões que afetou também o sistema político que estamos discutindo? Por que será?*

Chegamos a Rousseau (1987) que, segundo Carole Pateman (1992), é o grande teórico da participação social no viés da democracia participativa, embora sua grande obra “O contrato social” tenha sido escrita num momento em que a sociedade era completamente diferente do que é atualmente. A rigor, as cidades e, sim, o Estado pré-industrial, eram absolutamente diferentes do que foi se tornando após o Séc. XVIII: economias, subjetividades, relações sociais, estruturas socioculturais, todas foram alteradas. Assim, convenhamos, talvez Rousseau (1987) devesse ser o ponto de partida, mas essas espirais também são interessantes para melhorar nossa capacidade de entender fenômenos complexos.

### *Voltando ao tema...*

O fato que vai se tornando cada vez mais interessante (ao menos a nós, rrsrs) é uma questão que precisa do próprio envolvimento para que se solucione, ou seja, como seria possível a existência e plenitude da participação democrática ou democracia participativa sem democratizar outras esferas ou dimensões da vida? A resposta é: não é possível, é uma democracia capenga. Sem democratizar a economia, sem democratizar o ensino escolar (lembrando que a dimensão escolar é composta por espaço físico, gestão, currículo e comunidade), sem democratizar transporte, comunicação, geração de energia, consumo, ecossistemas, cultura, enfim, se a democracia não estiver em todas as dimensões da vida, não será pela via política eleitoral que isso será concretizado.





Por quê? Porque, como vimos até aqui, foi através da alteração profunda nos sistemas socioculturais, econômicos, de mobilidade, comunicacionais, ecossistêmicos etc., principalmente no pós-Revolução Industrial, que o regime de decisões também foi alterado. Portanto, pode-se afirmar que a participação social é, no limite, um horizonte utópico, o que nos leva a... ainda não, falta uma conclusão a esse eixo...

À guisa de uma quaaaase pretensa conclusão ou considerações semifinais, temos visto que os teóricos da democracia participativa contemporânea (no limite, defensores de que só uma elite esclarecida minoritária participe) contrasta fortemente com os teóricos clássicos, entre eles Rousseau, que demonstram que só se constitui (vai parecer ridículo, mas é isso!) uma participação de fato... como?... participando! O problema é que há um paradigma a ser superado: como é possível participar por dentro de estruturas verticalizadas, hierárquicas e fundadas na autoridade?

Cabe a pergunta: ***como estabelecer um ambiente democraticamente participativo desde os primeiros anos escolares, através dos grêmios, se a gestão, o espaço e os currículos escolares não são passíveis de intervenção real?***

???

### *Segundo nó...*

Vamos começar a desatar esse nó por um fio que ficou no “episódio anterior” quando falamos sobre Educomunicação, particularmente quando nos referimos ao (respira) “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”. Aqui vamos nos debruçar sobre a ideia de “sociedades sustentáveis” porque, APESAR do rolo compressor do capitalismo e da modernidade, AINDA há pluralidade sociocultural, como vimos no módulo 2. Essa pluralidade pode ser encontrada nos modos de vida tanto de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais, quanto comunidades periféricas, revelando que um tecido social solidário em diversas dimensões, segundo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2012), ainda (re)existe.

Esse jogo de palavras mescla resistência e existência, baseando-se no fato de que grupos sociais representam resistência territorial e de uma ou múltiplas identidades, de um complexo modo e produção de vida e sentidos. A resistência se dá pela via da luta contra a expansão, e a existência se dá pela via de uma luta por manter uma existência própria. Ocorre que esses grupos sociais produzem seus modos de vida de maneira relacional, ou seja, o espaço físico também é espaço simbólico, diferentemente de muitas sociedades urbanas, esses espaços são indissociáveis, inseparáveis. Assim, nada mais “natural” do que unir os dois termos num só, já que aí se misturam as diversas dimensões da vida e do ambiente e das próprias lutas.



## Músicas

Ouçã a canção “Latinoamérica” (2011) do grupo Calle 13, pois nos parece bastante representativa das relações entre ecologia e sociedade que, afinal, é o mote desse processo de (re)existência.

Acesse o *link* ou leia o QR Code

<https://www.youtube.com/watch?v=DkFJE8ZdeG8>



Buscando reunir as discussões entre Participação Social e (Re)existência parece que vai se delineando um contorno que requer de cada um e uma e uma a busca por afirmação identitária. Nesse sentido, pensamos que caberia uma reflexão que poderá parecer tardia, mas é importante: cada espaço e tempo de participação se constituiu a partir de lutas de permanência tanto espacial quanto simbólica. Dito de outra forma e buscando em Peter Berger um suporte conceitual que nos auxilie nessa discussão, vamos pensar em termos de normas (do grego *nomoi nomoi*).

Peter Berger, na obra “O dossel sagrado” (1985), utilizou a ideia de “nomos”, que distinguiu entre nomos objetivo e nomos subjetivo, enquanto esse último estava presente nas pessoas, o primeiro estava fortemente associado às instituições (Estado, Igreja e outras instituições sociais), embora a imagem mais fidedigna seria a de fluxos a partir de uns (sujeitos) e outros (Estado, Igreja, Sociedade...).

O fato interessante é que, em sua teoria, haveria um intercâmbio entre o nomos objetivo e o nomos subjetivo a ponto de proporcionarem alterações, apesar de o fluxo objetivo ser muito mais forte do que o subjetivo. O resultado dessa interação, segundo o autor, seria de que as pessoas, em geral, estariam muito mais sujeitas às forças objetivas do que o contrário, o que explicaria, até certo ponto, certa estabilidade no nomos objetivo.



Contudo, a explicação ainda mais interessante é a de que as pequenas e lentas alterações objetivas seriam provenientes do nomos subjetivo que, ao longo de décadas, possibilitou a construção de espaços e discussões que, em dado tempo histórico, seriam impensáveis: voto feminino, universalização da alfabetização, espaços de participação social (conselhos, comitês etc.) e a inclusão das juventudes.

Isso se deu de modo natural e espontâneo? De maneira alguma! Essas alterações e conquistas se deram através de lutas, busca por participação social, disputas e lutas por direitos (abolição da escravidão, pelo direito ao voto, direitos trabalhistas, reforma agrária, igualdades de gênero...), tendo os movimentos sociais como espaços de... melhor lerem o próximo eixo.

### *3. Movimentos e Protagonismos Juvenis para a sustentabilidade socioambiental*



*Vitória Pinheiro, Catalina Silva, Ayisha Siddiqa, Vanessa Nakate, Amanda Costa, Lídia Guajajara, Greta Thunberg... quais desses jovens vocês conhecem? Quantos jovens “ao seu redor” estão envolvidos na agenda ambiental? Essas perguntas iniciais são pequenas provocações na relação entre movimentos sociais, protagonismo e, portanto, engajamento.*



Veja como é interessante o fato de que, recuperando a discussão do eixo anterior, a pretensão em “limpar” o campo democrático para que seja protagonizado por um grupo, em grande medida ou, talvez, absolutamente, significa que deverão ser feitos alguns recortes: raça, gênero, condição social (principalmente), entre outros fatores. Por outro lado, processos de participação social protagonizados pelas juventudes têm sido cada vez mais frequentes e, também, se constituído em espaços alternativos, construídos pelas juventudes.

*Então, tá, acabou? É isso? Uma lista de jovens pela sustentabilidade, um parágrafo resumindo tudo e... e depois?*

Depois, o que deveria vir antes, talvez, vem um pouco de teoria sobre movimentos sociais, protagonismo, juventudes na perspectiva da sustentabilidade socioambiental sobre a qual, você deve ter notado, nos debruçamos tão pouco que é como se estivéssemos falando exclusivamente de questões sociais. A explicação: esses assuntos já foram abordados e, imaginamos, estão todos, todas e todes craques nessa pejeja!

*Então, vamos lá...por partes, lembrando que não vamos nos debruçar sobre os períodos imediatamente anteriores ou nos primórdios da Revolução Industrial. Ops... aviso tardio de spoiler.*

### 3.1 Movimentos sociais

Movimentos sociais surgiram em dois momentos marcadamente importantes das sociedades modernas se quisermos enquadrar num dado contexto territorial e histórico. Coincidentemente ou não, ambos ocorreram cronologicamente muito próximos, na segunda metade do século XVIII, sendo o primeiro deles a Revolução Industrial (1760), e o segundo, a Revolução Francesa (entre 1789 e 1799).

Incrível, mas não coincidentemente, a mobilização social no período da Revolução Industrial foi o primeiro movimento social e tinha caráter trabalhista dadas as condições absolutamente insalubres de trabalhadores e trabalhadoras na Inglaterra. Na realidade, o que estamos chamando de condições insalubres é um eufemismo para jornadas de trabalho de 14 a 16 horas, muitas vezes com pausas curtas ou sem pausas, inclusive empregando crianças e mulheres em condições piores. Havia punições físicas como método de controle e disciplina, além das condições insalubres das fábricas, sem ventilação ou qualquer segurança e, claro, sequer havia equipamentos de proteção. Muitos/as trabalhadores/as perderam membros do corpo ou morreram vitimados por doenças respiratórias, inclusive tuberculose, esgotamento físico, cólera, tifo em face de péssimas condições das fábricas, sem falar dos baixíssimos salários.



## Para saber mais

»»» Zigmunt Bauman na obra **“Comunidade”** (2003) trata das profundas alterações sofridas pelas comunidades em face da Revolução Industrial, ou seja, as afetações se deram em que, para fins didáticos, observaremos apenas duas dimensões: espaço e tempo. Alterações nos modos de vida e da produção sociocultural, alterando paisagens; alterações bruscas no sentido dos tempos dessas comunidades, o que, no sentido estrito da palavra, causou uma DEGRADAÇÃO, ou seja, uma deterioração dessas comunidades.

»»» Autores como Karl Marx e Friedrich Engels foram, por óbvio, fortemente influenciados pela Revolução Industrial e, observando as profundas mudanças sociais e econômicas trazidas por ela, desenvolveram suas teorias a fim de explicar a nova realidade.

Acesse o *link* ou leia o QR Code

<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/abc-marxismo/a03.htm>



A interface da Revolução Industrial e que, nos estudos sobre movimentos sociais no Brasil, tem grande importância, foi a desterritorialização ou, para utilizar em parte uma terminologia marxista, a expropriação das terras e dos modos de vida de comunidades. No Brasil, as lutas e reivindicações trabalhistas, Movimento Operário Brasileiro, tiveram início em fins do século XIX e início do XX, tendo a Greve de 1917 como marco.

Outra frente, que tem uma história curiosa, foi a Luta pela Reforma Agrária que, no caso do Brasil, não teve início exatamente devido a terra para plantio, para agricultura, mas coincidente e ironicamente vinculada à necessidade de enterrar os mortos.

## Para saber mais

Por que coincidente e ironicamente? O autor Alfredo Bosi na obra “Dialética da Colonização” apresenta a etimologia da palavra cultura, sua relação com culto pela via do termo cultus ou... aquele que cultiva, mas também o culto dos mortos. Portanto, os antigos agricultores (que não tinham esse nome) acreditavam na sacralidade do solo de onde tiravam alimento: “plantavam” seus mortos e garantiam, também pelo culto às divindades da fertilidade, o alimento.

## Poesias

Você conhece a obra de João Cabral de Melo Neto “**Morte e Vida Severina**” (1955)? Se possível, atenha-se ao trecho em que Severino encontra um cortejo fúnebre e conta que precisa caminhar muitas léguas para enterrar o morto porque a terra em que estão não é deles.

Acesse o *link* ou leia o QR Code:

[https://youtu.be/KAxTE\\_wGPko?si=sIEJs8b\\_635xXq2q](https://youtu.be/KAxTE_wGPko?si=sIEJs8b_635xXq2q)



## Músicas

Ouçá a canção “**Funeral de um Lavrador**” (1966) de Chico Buarque e João Cabral de Melo Neto, que descreve o momento do enterro e as agruras que envolve todo o funeral.

Acesse o *link* ou leia o QR Code:

[https://youtu.be/jF\\_YGEAeQgw?si=cj1xZ42AB87KxcRD](https://youtu.be/jF_YGEAeQgw?si=cj1xZ42AB87KxcRD)



Outra canção interessante, “**O Plantador**” (1969) de Geraldo Vandré e Hilton Accioly, também trata da questão agrária na relação entre trabalhador rural e proprietário.

Acesse o *link* ou leia o QR Code:

<https://youtu.be/l6WlnjU3MuY?si=CiHk7ZQ9uaN-zHts>



Movimentos sociais, portanto, têm uma relação íntima com a discussão sobre *nomos* objetivos e, claro, subjetivos, portanto, com as mudanças e transformações sociais. Essas transformações, por sua vez, não tão profundas quanto gostaríamos que fossem, mas que requerem reconhecimento, principalmente por aqueles e aquelas que assumiram liderança nessas lutas.

## Para saber mais

“**Medo nós tem, mas num usa**”. Essa frase é atribuída a Margarida Alves, líder sindical nordestina, ativista dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, brutalmente assassinada em 1983.

# "MEDO NÓIS TEM, MAS NUM USA"

Margarida Alves

## 3.2 Protagonismo Juvenil



### Músicas

Ouçã a canção “**Hoje**” de Taiguara (1969). Será que é possível encontrar elementos das juventudes atuais numa composição tão antiga?

Acesse o *link* ou leia o QR Code:

<https://youtu.be/j614MalvYXE?si=VKipW4bo3g9dyhHu>



Ouçã a canção “**Não é sério**” (2000) de Chorão, Champignon, Pelado e Negra Li, gravada pela banda Charlie Brown Jr. Será que é possível encontrar elementos das juventudes atuais nesta composição também?

Acesse o *link* ou leia o QR Code:

<https://youtu.be/n9i2Y-aJyg0?si=DD84OrGpikwxyOwu>



O contraste das duas canções, separadas por 30 anos, apresenta distinções estéticas, mas aproximações “poéticas” enquanto forma e expressão através das quais a experiência vivida se torna vívida. Em alguma medida é possível afirmar que o exercício de protagonismo tem um quê dessa noção de *poiesis*.

#### **Então, vamos ao tema...**

Protagonismo... o termo protagonista aparece vinculado primeiramente ao Teatro Grego, ao desempenho do papel principal numa tragédia, que foi uma das formas ou gêneros teatrais que surgiu após o ditirambo e antes da comédia. A utilização do termo protagonista ou protagonismo tem sido geralmente associada ora a um campo de empreendedorismo ou da iniciativa privada, ora a seu oposto, ou seja, a engajamento em movimentos sociais. Não raro, o termo também se vincula às juventudes em temas como Educação, Cidadania, Empoderamento, Participação Social (opa!) e Inovação. Se bem que é preciso tomar cuidado com essas associações porque precisamos fazer um recorte de classe social, visto que o engajamento de uns não significa o mesmo para outros, daí utilizarmos “juventudes” no plural.



### Para saber mais

O artigo de Cynthia Ozon Boghossian e Maria Cecília de Souza Minayo trazem discussões importantes para compreender essa dicotomia criada em torno das juventudes. Ora são promessas, ora são problemas. Leia o artigo “Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos”. Visite:

Acesse o *link* ou leia o QR Code :

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Srx45XZG3Fr8MNMBDJ6BVnM/?form=MG0AV3#>





Do ponto de vista do campo ou da ruralidade, quando não há processos formativos de caráter político o que ocorre mais comumente é o abandono pelos jovens das práticas de seus parentes. Esse comportamento, dadas a quantidade, volume e rapidez com que ocorre, tem sido encarado como um processo de envelhecimento do campo. Ainda que tenhamos iniciativas importantes como o Levante da Juventude Popular, que trabalha junto às populações jovens do campo e das áreas urbanas, na tentativa de dialogar e construir formas mais consistentes e duradouras de (re)existência. Vale destacar que a juventude empobrecida, historicamente sempre foi a que menos exerceu protagonismo, de sorte que, ao longo das últimas décadas, tem sido ainda mais vulnerabilizada. Não é à toa que a contraface do protagonismo seja a exclusão, terminologia bastante utilizada e, também, fortemente associada a algumas juventudes.



### *Atividade prática*

Ouçã novamente as músicas sugeridas ao início e tentem perceber se, após o texto, há ainda mais elementos para discutirmos coletivamente.

Nesse sentido, a dicotomia ou binômio promessa/problema em geral tem uma base comum para o Estado, iniciativa privada e sociedade em geral: as juventudes precisam ser “objeto” (com todas as aspas possíveis) de intervenção. Não que não sejam necessários esforços e criações de políticas públicas específicas para as juventudes, mas, parafraseando Charlie Brown Jr., é preciso ouvir as juventudes e, quase coincidentemente, no que diz respeito ao primeiro eixo deste módulo, Educomunicação, vale lembrar outra frase “Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério”.



### *Atividade prática*

Por gentileza, conecte algum trecho do artigo de Cynthia e Maria Cecília com a música “Não é sério” e coloque em discussão para os grupos com os quais lida.

Por fim, mas não menos importante, cabe lembrar dos nomes de jovens que colocamos no início desse eixo, e pergunto: você conhece algum jovem ou grupo que esteja se mobilizando em torno do tema da sustentabilidade? Acredita que seja possível, através desse curso e de sua proposta, mobilizar corações e mentes na discussão sobre sustentabilidade socioambiental?



## Músicas

Ouçã duas canções da banda O Rappa no álbum O Rappa (1994). A primeira “**Todo camburão tem um pouco de navio negreiro!**”, a segunda, “**Brixton, Bronx ou Baixada**” ambas de autoria de Alexandre Menezes, Falcão, Marcelo Lobato, Marcelo Yuka e Nelson Meirelles.

Acesse o *link* ou leia o QR Code:

“Todo camburão tem um pouco de navio negreiro!”

<https://youtu.be/kVmOD1CtcPM?si=QlXjH3TfcNfk3-f>

“**Brixton, Bronx ou Baixada**”

[https://youtu.be/Y7TGG2QQ3MY?si=v1JJxgB\\_AfS9GIBr](https://youtu.be/Y7TGG2QQ3MY?si=v1JJxgB_AfS9GIBr)



## Podcast

Ah, antes que a gente se esqueça... sabem quem também foi uma jovem que se engajou nas questões ambientais? Não? Ouçam esse *podcast* e depois a gente conversa sobre isso.

Acesse o *link* ou leia o QR Code:

<https://open.spotify.com/episode/4bKuxlPKxYzTlXqtOkonM8?si=e1f3439c426843b8>



## Atividade prática

Vamos retomar a proposta de atividade prática deste módulo, apresentada no Plano Didático 4. A ideia foi facilitar o desenvolvimento da atividade ao distribuí-la por semana, mas, caso você ainda não tenha conseguido realizar, não se preocupe: ainda dá tempo! A atividade consiste em produzir, junto **COM** estudantes, colegas do curso ou da escola, um material de educomunicação. Esse material pode ser um fascículo, fanzine, caderno, blog, revista, vídeo, podcast, perfis em redes sociais, entre outros. O tema central é um Mapeamento Participativo que destaque os processos de organização, engajamento e (re)existências da sua região.

Além disso, sugerimos incluir nesse material os resultados dos mapeamentos realizados nos módulos II e III.

Capriche na produção, pois ela poderá integrar o E-book do curso!

# VAMOS CONSTRUIR JUNTOS!

## *Referência bibliográfica*

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BERELSON, Bernard; LAZARFELD, Paul F.; McPHEE, William N. **Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign**. Chicago: University of Chicago Press, 1954.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. 1. ed. São Paulo: Paulus, 1985.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Flávio R. Kothe. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOAL, Augusto. **Revolução na América do Sul**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

BOGHOSSIAN, C. O.; MINAYO, M. C. DE S.. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 411-423, jul. 2009.

CABRAL DE MELO NETO, João. **Morte e vida severina**: auto de natal pernambucano. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Gabriela Gouvêa. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**: um estudo sobre as tendências oligárquicas das democracias. Tradução de Celso Mauro Paciornik. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MOSCA, Gaetano. **Os fundamentos da ciência política**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Stella Maria P. Barretto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

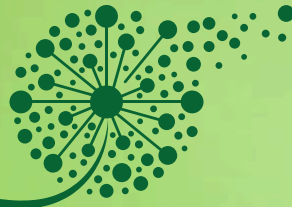
ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução de Francisco Ranghel. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Comunicação/Educação**: a comunicação na escola. São Paulo: Cortez, 2000.

# Sustentação

Mato Grosso



## Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental

### Parceiros



### Realização



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

